



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, após reunião com a Fiat do Brasil S/A e apresentação dos carros tetrafuel e elétrico

Brasília - DF, 1º de setembro de 2006

É uma alegria imensa poder receber a Fiat e ela apresentar duas extraordinárias novidades para o consumidor brasileiro. Primeiro, o tetrafuel, um carro que coloca quatro possibilidades de combustível à disposição do consumidor, e o protótipo do carro elétrico, que está sendo feito em parceria com a Itaipu, uma coisa que nós vislumbramos a possibilidade, dentro de alguns anos, de podermos ter um carro altamente elétrico, silencioso, portanto, não vai haver barulho nenhum quando se ligar o motor do carro.

E isso, obviamente, está combinando com as perspectivas de crescimento da economia. Ontem, eu tive a oportunidade de ver as informações do IBGE e elas estão dentro daquilo que nós prevíamos, ou seja, nós temos uma meta de crescimento de 4%. A economia e o crescimento são medidos por quatro trimestres, e eu vi muita gente assustada por causa do segundo trimestre, sendo que ainda faltam dois trimestres.

As pessoas, no Brasil, precisam parar de ficar torcendo para as coisas darem errado porque, na verdade, nós temos convicção de que chegaremos à meta dos 4% a que nos propusemos chegar. Nós vamos chegar à meta de fazer o Brasil crescer um ciclo duradouro de crescimento, que é o que o Brasil precisa efetivamente. Eu estou muito tranquilo com as perspectivas do crescimento da economia do Brasil, estou tranquilo com as perspectivas do crescimento da produção industrial, estou tranquilo com o crescimento da indústria automobilística, porque eu vejo o noticiário, e lamento profundamente que uma empresa como a Volkswagen esteja dispensando trabalhadores, e está dispensando trabalhadores porque teve um projeto que não deu certo. Em



compensação, a Fiat vem aqui e, além de anunciar dois carros que está estudando profundamente - um já vai entrar no mercado e o outro está em pesquisa - me dá a alegria de dizer que está contratando funcionários, numa demonstração de que o problema não é do setor automobilístico, o problema é da Volkswagen.

Então, a Volkswagen vai ter que readequar o seu projeto, ou seja, as pessoas se equivocarem com projetos e com produtos, é normal numa empresa. A empresa tem que refazer o seu produto, se o mercado não assimilou determinado produto. Mas a indústria automobilística vai bem, está produzindo muito, está vendendo muito no mercado interno e está exportando muito. Nós vamos ver se ainda conversamos com a Volkswagen e se fazemos a Volkswagen, quem sabe, ter um produto que possa conquistar o mercado brasileiro e contratar mais trabalhadores do que ela demitiu.

Nós temos que ter em conta, também, que nesses últimos três anos foram contratados quase 30 mil trabalhadores a mais pela indústria automobilística, e no mundo do trabalho é assim, quando a empresa está produzindo mais ela contrata mais, quando ela está produzindo menos, ela descontrata as pessoas, sempre foi assim e sempre será.

O que nós não podemos é fazer disso um cavalo de batalha. Nós precisamos fazer a economia crescer cada vez mais para gerar mais perspectiva de emprego para os trabalhadores, mas nós vamos ter setores que vão ser desativados, setores que vão ser ativados, a vida inteira é assim e vai continuar sendo. Tem setor que cresce e tem setor que não cresce, tem setor que dá certo e setor que não dá certo. O que nós precisamos é ter muitas opções para que os trabalhadores tenham, também, muitas opções de emprego.

Agora, a minha alegria hoje é por conta da criatividade da Fiat, que sai na frente, é o primeiro carro tetrafuel no mundo. Daqui a pouco, eles vão inventar o hexafuel, ou seja, é um carro que eu acho que o mundo inteiro vai se



encantar por ele, porque é um carro que dá quatro opções de combustível para o motorista. Acho que, sobretudo, os motoristas de táxi vão ficar fanáticos pelo carro e eu acho que é isso, o Brasil está inovando no que diz respeito à questão energética, à questão de combustível.

Eu tenho dito que quem viver mais alguns anos verá que o Brasil será a maior potência energética do mundo, porque nós temos condições, temos tecnologia e temos disposição política de fazer isso. Por isso, eu estou feliz e quero agradecer ao Belini, o nosso diretor-presidente da Fiat no Brasil, pela criatividade, e torcer para que ele tenha todo o sucesso do mundo.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de incorporação das novas aeronaves Mirage 2000 à Força Aérea Brasileira

Anápolis-GO, 04 de setembro de 2006

Senhor Waldir Pires, ministro da Defesa,
Embaixador Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores,
Senhor Jean de Gliniasty, embaixador da República Francesa no Brasil,
Tenente-Brigadeiro-do-Ar Luiz Carlos da Silva Bueno, comandante da Aeronáutica,

Senador Maguito Vilela,
Deputados federais Rubens Otoni e Barbosa Neto,
Senhores prefeitos Pedro Fernando Sahium, de Anápolis; Íris Rezende, de Goiânia,

Coronel Mauro Martins Machado, comandante da Base Aérea de Anápolis,

Senhores oficiais-generais,
Senhores e senhoras integrantes do 1º Grupo de Defesa Aérea,
Senhores e senhoras membros das Forças Armadas da França e do Brasil,

Senhores jornalistas,
Meus amigos e minhas amigas,

Nesta ocasião em que a Força Aérea Brasileira recebe os seus mais novos aviões de combate, faço questão de registrar publicamente o respeito e a admiração que sinto por todos os profissionais da Aeronáutica. Sua dedicação à defesa da soberania nacional, à eficiente guarda do espaço aéreo



brasileiro e à proteção de nossas imensas fronteiras é certamente um fator de segurança com o qual todos os brasileiros podem contar.

Neste centenário do vôo do 14-BIS, nunca é demais lembrar que os senhores fazem parte da longa história da aviação, que teve um brasileiro como pioneiro. E que, nesses cem anos, contribuiu imensamente para a integração dos povos e para o desenvolvimento econômico de todo o planeta.

A Força Aérea Brasileira provou, ao longo de sua trajetória, que guarda os mesmos ideais que inspiraram Santos Dumont: permitir ao homem que levante vôos para um mundo mais justo.

Foi esse o sentido da criação, ainda em 1931, do Correio Aéreo Nacional. Ele possibilitou às populações das mais remotas regiões brasileiras o acesso aos benefícios que, embora fossem disseminados nas grandes cidades, eram – e em muitos casos ainda são – raros em suas localidades. Trata-se de remédios que muitas vezes salvam vidas, do atendimento médico e odontológico, do simples direito de poder trocar correspondências.

Nossa aviação de caça, por sua vez, mostrou grande valor na defesa da justiça e da democracia quando, na Segunda Guerra Mundial, os heróicos combatentes, liderados por Nero Moura, cruzaram os céus italianos e ajudaram o mundo a se livrar da ameaça totalitária.

Tudo isso mostra que a vocação histórica dos brasileiros não é a de ameaçar, é a de estender a mão. Foi assim no Timor Leste e no Líbano, assim continua a ser no Haiti. Defendemos a paz como um valor sagrado, mas sempre nos manteremos vigilantes para defender a nossa soberania e o nosso imenso território que guarda tantas riquezas.

As lições da história e as incertezas da realidade mundial impõem a existência de estruturas defensivas plenamente aptas a resguardarem, sempre que necessário, os interesses nacionais. O desafio da defesa aeroespacial é este: ser o escudo infalível que, a qualquer tempo, sob quaisquer circunstâncias, defende a Nação e seus habitantes.



É por esse motivo que acolhemos, hoje, o novo equipamento que certamente contribuirá para que esse desafio seja vencido: o Mirage 2000. Ele reforça o domínio dos céus brasileiros por nossa força aérea. Com mísseis de longo alcance, avançados sistemas eletrônicos e um alto desempenho comprovado em Forças Aéreas de vários países, o Mirage 2000 permitirá uma incontestável evolução no treinamento, no apoio logístico e no cumprimento da nobre missão do Primeiro Grupo de Defesa Aérea. Esses avanços já são muitos significativos para Aeronáutica, mas outros, certamente, estão por vir.

Com os Mirage eliminamos uma lacuna em nosso dispositivo de defesa aeroespacial. Mas o planejamento estratégico de nossa defesa inclui a chegada futura do FX, imprescindíveis elementos de avanço tecnológico para a Força Aérea.

O reequipamento das Forças Armadas, essencial para a defesa, como suporte da atuação política e diplomática no exterior e estreitamente interligado à dinâmica econômica e social do país tem merecido minha atenção e meu esforço, na qualidade de comandante supremo.

Quero lhes afirmar, pilotos, mecânicos, homens e mulheres que dedicam a vida a serviço do Brasil, que estamos juntos nesta grande empreitada que é tornar a nossa Força Aérea cada vez mais avançada e eficaz. Na Amazônia, no Pantanal e sobre os nossos mares, estas asas já provaram o seu inestimável papel na construção de uma Nação mais solidária, democrática e justa. Esse papel continua presente nos dias de hoje e, tenho certeza, que será cada vez mais importante no futuro.

Muito obrigado.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na reunião com o Conselho de Ciência e Tecnologia

Palácio do Planalto, 05 de setembro de 2006

Todo mundo recebeu uma pauta que tem uma abertura feita por mim, um balanço feito pelo nosso ministro Sérgio Rezende e uma exposição sobre etanol – *O Brasil produzindo energia para o mundo* – do nosso querido Rogério Siqueira Leite. Depois, tem as ações do Ministério da Saúde em ciência e tecnologia, o relato da comissão de acompanhamento e articulação do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, a alteração da composição do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia e a proposta de criação do Certificado de Tecnologia Nacional. São sete assuntos previstos na pauta, mas tem aqui um item para outros assuntos, e possivelmente apareçam mais sete. Bem, vamos ganhar tempo, Sérgio, já que estamos atrasados para a reunião.

Eu, primeiro, queria cumprimentar o nosso companheiro Sérgio Rezende, ministro da Ciência e Tecnologia,

A nossa ministra Dilma Rousseff, da Casa Civil,

Waldir Pires, da Defesa,

Hélio Costa, das Comunicações,

O general Félix,

E cumprimentar todos vocês, companheiros e companheiras, membros do Conselho de Ciência e Tecnologia,

Antes, eu só queria dizer para vocês que eu estou aqui como presidente mas, daqui a pouco, tenho que viajar como candidato. Então, esta dupla personalidade que a gente tem que assumir em época de campanha não vai permitir que eu fique até o final da reunião, mas eu ouvirei uma ou duas exposições e depois, então, irei para Pernambuco.



Bem, meus amigos e minhas amigas,

Três anos se passaram desde a instalação deste Conselho, que foi revitalizado e ampliado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. Neste Fórum, foram recolhidas idéias e foram feitas importantes discussões que contribuíram para a articulação das políticas públicas no setor científico, assim como no campo tecnológico e industrial.

Sabemos todos que deve haver um ciclo contínuo, sem interrupções, entre o conhecimento científico básico, tecnologias aplicadas e criação de novos produtos e processos pelas empresas. Ciência, tecnologia e inovação são fundamentais para impulsionar o conhecimento, gerar riqueza nas sociedades, criar e distribuir o fruto das inovações que melhora a vida cotidiana das pessoas em todos os cantos. Países sem tecnologia são países que padecem de uma incapacidade crônica de aumentar continuamente a sua produtividade. Sem tecnologia, ficam sem condições de competir num mundo cada vez mais globalizado.

Sabemos todos o que a tecnologia da Embrapa fez e continua a fazer pela agricultura do nosso país. Sabemos o que as inovações do Centro de Pesquisas da Petrobras têm feito pela área de petróleo e gás no Brasil. Sabemos, também, o que o esforço da Embrapa e da Petrobras está fazendo pelo biocombustível no Brasil, como o biodiesel e, recentemente, o revolucionário H-Bio.

Este Conselho deu importante contribuição para que o Congresso Nacional dotasse o país de uma moderna lei de inovação. Membros deste Conselho contribuíram, igualmente, para que se definisse positivamente a Lei de Biossegurança.

Aqui se encontra um precioso ambiente de idéias formuladas por cientistas comprometidos, antes de tudo, com um olhar de futuro para o nosso país. Da mesma forma, o governo tem procurado trilhar os caminhos que nos levam a um Brasil melhor, menos injusto socialmente e mais rico econômica e



culturalmente. Ciência, tecnologia e inovação são essenciais para tanto.

Nesses quase quatro anos, ampliamos os recursos disponíveis para o conjunto do setor. Entre 2003 e 2006, foram assegurados avanços na política nacional de ciência, tecnologia e inovação. A partir do nosso governo, a quantidade de recursos alocados para essa política foi de 6 bilhões e meio, em 2002 e, neste ano, chegaremos a um total de 10 bilhões, considerando-se todas as instituições e empresas federais.

De igual modo, houve um progresso importante na execução orçamentária do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, o mais importante instrumento para o financiamento da pesquisa no País. A execução passou de 513 milhões em 2003 para 784 milhões em 2005. Este ano, o Orçamento prevê a aplicação de 1 bilhão e 200 milhões, aproximadamente, quatro vezes mais do que os 343 milhões executados no último ano antes de nós tomarmos posse. Sei que precisamos fazer mais e sei que continua sendo um desafio aumentarmos o investimento do País em ciência, tecnologia e inovação, dos atuais 1,37% do PIB para 2% do PIB. Sabemos todos, também, que precisamos estimular o aumento do investimento privado, elevando dos atuais 40% do total investido para 60%. Estamos progressivamente nesse caminho e tenho a certeza de que a aplicação do instrumento de subvenção econômica, anunciado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia e pela Finep na última quinta-feira, vai representar um importante passo nesse sentido.

Além de números orçamentários, convém ressaltar que falar em ciência, tecnologia e inovação é falar de gente altamente qualificada, de recursos humanos e de conhecimentos que fazem a riqueza de um país. E é com satisfação e senso de dever cumprido que chegamos ao final de 2006 tendo atingido uma das grandes metas fixadas pelo governo federal: a formação de 10 mil doutores por ano, neste ano vão ser formar 10 mil e 600 doutores, um recorde histórico. Para tanto, somaram-se os esforços e as bolsas conseguidas



por duas de nossos mais importantes instituições nessa área: o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. O número de bolsas de produtividade em pesquisa, que por muitos anos esteve inalterado em cerca de 7 mil e 500, alcançará a marca de 10 mil em dezembro, com o valor da bolsa reajustado em 10% no último dia primeiro de agosto. Esses e vários outros avanços certamente serão destacados aqui pelo meu querido companheiro Sérgio Rezende.

Mas, gostaria, neste momento, de dar especial destaque para o empenho deste Ministério em realizar, no ano passado, a Primeira Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas, quando se inscreveram 11 milhões e participaram 10 milhões e meio de estudantes. A Segunda Olimpíada, agora em curso, recebeu a inscrição de 14 milhões de estudantes, que já realizaram a primeira etapa. É importante ressaltar que nós fomos proibidos, pela Justiça, de fazer um simples cartaz para colocar nas escolas, e nós tínhamos uma preocupação de que, por conta de não termos tido divulgação, não fossem se inscrever os mesmos 11 milhões que se inscreveram no ano passado. E se inscreveram 14 milhões de crianças para participar, que já realizaram a primeira etapa. Tenho a certeza de que o êxito dessa iniciativa vai representar, a cada ano, um estímulo concreto para despertar talentos e melhorar o desempenho geral dos estudantes brasileiros em matemática, bem como nas demais disciplinas.

O caminho da educação de qualidade é um caminho longo, que requer persistência e empenho, mas tenham a convicção de que poderemos buscar, todos juntos, uma revolução em nosso sistema de educação fundamental e básica. A alta matemática e as ciências brasileiras certamente darão suas contribuições para que essa revolução aconteça. A grande mobilização pela Olimpíada de Matemática já mostra que isso é possível. Mais de uma vez me referi ao exemplo do que o presidente Roosevelt, dos Estados Unidos, fez no



Vale do Tennessee, que era uma das regiões mais pobres dos Estados Unidos, muito semelhante à pobreza do nosso Nordeste. A decisão de Roosevelt, de que era preciso priorizar o desenvolvimento daquela região com emprego, tecnologia e políticas públicas concentradas, transformou aquele vale numa das regiões mais ricas dos Estados Unidos. Aqui, o nosso Vale do São Francisco demonstra o poder transformador da tecnologia aplicada à fruticultura, exemplo que estamos procurando levar para outras áreas pobres e para a agricultura familiar, especialmente no Nordeste.

Da mesma forma que o Vale de Tennessee mudou, podemos ver também a incrível força que o conhecimento e a tecnologia produziram em outros vales americanos, como no Vale do Silício, na Califórnia. Lá nasceram os chips de computadores, a indústria de software, os revolucionários sites de busca na internet e algumas das mais importantes modernidades, sem as quais ninguém vive no mundo de hoje.

Tenho a convicção, portanto, de que temos aqui, colados às nossas melhores universidades das regiões brasileiras, potenciais vales, onde a alta tecnologia pode e vai florescer na forma de uma criação contínua de novas empresas inovadoras e de base tecnológica. A Lei da Inovação está toda ela focalizada para captar essa potencialidade e realizar essa vocação. Tenho certeza de que o Ministério da Ciência e Tecnologia e este Conselho saberão criar os instrumentos práticos para que, junto com a FINEP, com o BNDES e com o setor privado, sejam semeados no Brasil muitos vales do conhecimento, da inovação e da tecnologia.

Nossa política industrial, tecnológica e de comércio exterior está toda projetada para ajudar o país a trilhar esse caminho da inovação. Nosso sistema nacional de ciência e tecnologia, na ponta do qual se concentra este Conselho, oferece recursos, inteligência e políticas para que o grande salto do conhecimento finalmente aconteça no nosso país.

Meu querido Sérgio e meus queridos Conselheiros,



Eu só posso dizer para vocês uma coisa: nós estamos longe de fazermos tudo o que o Brasil necessita, mas certamente nós já demos passos importantes, e eu acho que esses passos, que nós demos na ciência e tecnologia, estão fazendo a diferença do que pode vir a ser o Brasil neste próximo século. Todo mundo tem acompanhado o nosso trabalho, e eu tenho dito que o Brasil, se não cometer erros que foram cometidos no passado, poderá se transformar na grande matriz energética do mundo na primeira metade do século XXI. Nós estamos dotados de conhecimento, de decisão política, sabemos o que precisa ser feito e sabemos o que o mundo está pensando hoje a respeito do potencial do Brasil nessa área.

Mas sabemos, também, que é preciso colocar mais dinheiro em ciência e tecnologia, que é preciso fazer mais universidades, que é preciso investir mais no ensino técnico, que é preciso melhorar o ensino fundamental. Por isso nós definimos que, qualquer que seja o presidente da República dos próximos anos, tem três palavras-chave, para que este país dê certo: desenvolvimento, distribuição de renda e educação de qualidade. Essa educação de qualidade é, na verdade, o grande desafio para os passos que nós precisamos dar nas próximas décadas.

Eu não acredito que a gente possa resolver isso em quatro anos, mas eu acredito que a gente possa garantir que uma nova geração de brasileiros, daqui a 15 ou 20 anos, vai estar muito mais qualificada, muito mais preparada, com muito mais conhecimento do que a nossa geração. E penso que nós temos a obrigação política e moral de criar as condições para que isso aconteça no Brasil.

Da nossa parte, nós não mediremos esforços para que isso aconteça. Nós sabemos que nem sempre, na política, se faz o que quer. Muitas vezes, se faz o que pode. Agora, com a disposição política de fazer da educação o centro do desenvolvimento do Brasil para o século XXI, eu acho que nós poderemos construir um verdadeiro milagre, para que o Brasil tenha a chance que ele



jogou fora no século XIX e jogou fora no século XX. Depende muito de nós.

E eu quero dizer para vocês, do Conselho, que se depender do governo, as coisas vão acontecer, porque se não acontecerem, nós atravessaremos mais um século sendo apenas um país emergente e não um país desenvolvido como nós queremos.

Portanto, eu quero agradecer a presença de vocês e passar a palavra para o nosso ministro Sérgio Rezende fazer a sua exposição.

Muito obrigado.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura de atos e declaração à imprensa, por ocasião da visita do primeiro-ministro da Índia, Manmohan Singh

Palácio da Alvorada, 12 de setembro de 2006

Excelentíssimo senhor Manmohan Singh, primeiro-ministro da República da Índia,

Senhores Ministros e integrantes das delegações da Índia e do Brasil,

Senhoras e senhores jornalistas,

Meus amigos e minhas amigas,

Tenho a enorme satisfação de receber no Brasil o primeiro-ministro Singh. Esta é a primeira visita de um chefe de governo da Índia desde que, em 1968, Indira Ghandi veio ao nosso País. Esse fato é revelador da importância que nossos governos têm atribuído à renovação e ao aprofundamento das relações entre Índia e Brasil.

Desde os primeiros dias do meu governo, já em meu discurso de posse no Congresso Nacional, deixei claro que daríamos especial atenção às relações com os grandes países do Sul, em particular com a Índia. Sempre encontramos, do lado das autoridades indianas, grande entusiasmo com essa aproximação.

Minha viagem a Nova Delhi, em 2004, como convidado de honra para a cerimônia do Dia da República, sinalizou a disposição mútua de dar conteúdo e dinamismo renovados ao nosso relacionamento. Desde então, temos trabalhado intensamente, em diversas frentes, para aprofundar nossa aliança política e econômica, que decidimos agora elevar à condição de parceria estratégica.

O Brasil é o maior parceiro comercial da Índia na América Latina. Para



se ter uma idéia, em finais dos anos 90, nosso intercâmbio não passava de 400 milhões de dólares. Nos últimos anos, as trocas comerciais expandiram-se de maneira extraordinária. Em 2005, o volume total do nosso comércio chegou a 2 bilhões e 300 milhões de dólares.

Estamos conscientes de que nosso potencial é muito maior. Vamos trabalhar para aproximar ainda mais os nossos setores empresariais e para equilibrar e diversificar nossa balança comercial.

Desejamos ampliar o acordo de preferências comerciais entre Índia e Mercosul, com especial atenção aos interesses do Uruguai e Paraguai, sócios menores do bloco. Em julho último, ficou decidido que daremos seguimento às negociações para aumentar o número dos produtos incluídos.

Meu querido primeiro-ministro Singh,

Brasil e Índia são duas grandes democracias do mundo em desenvolvimento, com muitos interesses em comum e afinidades em suas visões sobre os grandes problemas atuais. Nosso compromisso democrático tem se refletido também nas posições que assumimos nos fóruns multilaterais, em favor de um sistema internacional mais equilibrado e eqüitativo.

Nossa coincidência de posições se expressa na parceria que construímos, com vistas à necessária atualização das Nações Unidas. Temos reiterado que nenhuma reforma da ONU estará completa sem uma ampliação do Conselho de Segurança que inclua países em desenvolvimento como membros permanentes.

Brasil e Índia também estão lado a lado nas negociações da OMC. Nossa atuação conjunta na criação do G-20 modificou a dinâmica das negociações comerciais e consolidou os países em desenvolvimento como interlocutores indispensáveis para o avanço da Rodada de Doha. Passamos a falar de igual para igual com os países ricos.

A recente reunião do G-20, no Rio de Janeiro, que foi muito positiva, mostrou que, apesar da suspensão das negociações, existe uma forte união



entre os países em desenvolvimento e, também, espaço para iniciativas que possam ajudar a desbloquear as negociações.

A Índia também está ao nosso lado na iniciativa internacional de combate à fome e à pobreza. Coincidimos sobre a necessidade de promover e implementar mecanismos financeiros inovadores. Expressamos satisfação com o próximo lançamento da Central Internacional de Medicamentos, que possibilitará o acesso das populações dos países menos desenvolvidos a medicamentos contra AIDS, Malária e Tuberculose.

Senhoras e senhores,

O primeiro-ministro Singh e eu conversamos hoje sobre os principais temas da nossa agenda bi-lateral, e trocamos opiniões sobre questões centrais da ordem internacional. Nossos países enfrentam desafios semelhantes na promoção do desenvolvimento sustentável e na superação da pobreza extrema. Temos um enorme patrimônio de experiências e políticas sociais que podemos intercambiar. Nossa cooperação educacional já é uma realidade.

Aprofundamos nossos vínculos nas áreas de pesquisa, ensino à distância e educação profissionalizante em nível de pós-graduação. No setor energético, estamos empenhados em promover uma estreita associação, sobretudo no setor de combustíveis renováveis, em particular o etanol. O Brasil está disposto a compartilhar a sua experiência nessa área e a desenvolver parcerias industriais e tecnológicas com a Índia. Estamos prontos para contribuir para os esforços do governo indiano na busca de alternativas energéticas sustentáveis.

Quero agradecer o apoio do primeiro-ministro Singh à iniciativa brasileira de reunir parceiros para a criação de um fórum internacional de discussões sobre os biocombustíveis. Com os atos que acabamos de assinar, daremos novo impulso à nossa aliança nos mais diversos campos, da pesquisa agrícola ao turismo, dos serviços aéreos ao sistema de defesa, da energia à



cooperação científica e tecnológica, passando pelo reforço das atividades culturais.

A Índia é, reconhecidamente, uma das potências mundiais em matéria de inovação tecnológica. Estou convencido de que, ao nos associarmos nessa área, aumentaremos muito a nossa capacidade de desenvolver tecnologia de ponta, gerando benefícios concretos para nossas populações e nossos setores produtivos.

Estamos dando início a uma associação inédita entre a Petrobras e a Companhia Petroleira Indiana, para cooperação na exploração em águas profundas. Trabalharemos para desenvolver atividades conjuntas de produção e comercialização no Brasil, na Índia e em terceiros mercados.

Esta visita está marcada, também, por nossa decisão de reforçar a coordenação política entre os dois países. Nos pusemos de acordo em lançar um diálogo estratégico bilateral, sobre temas regionais e globais de interesse comum, inclusive temas de segurança.

Estou convencido de que a visita do primeiro-ministro Singh ao Brasil reforça, de maneira muito especial, esse novo momento das relações entre os nossos países. Não poderia deixar de mencionar que a visita do primeiro-ministro da Índia se dá, igualmente, no marco do fortalecimento da parceria que nossos dois países estabeleceram com a África do Sul.

Amanhã, estaremos reunidos com o presidente Mbeki, para enfrentar a aliança que estabelecemos no IBAS. Essa aliança, entre três grandes democracias, onde convivem distintas etnias e culturas, que se associaram na busca de um mundo mais justo e democrático.

Índia e Brasil estão se conhecendo cada vez mais e melhor: aumentam os contatos de alto nível entre os nossos governos, multiplicam-se as missões empresariais, criam-se novos canais de intercâmbio entre nossas sociedades. Estamos trabalhando com afinco para provar que nossa diversidade cultural



não é algo que nos distancia, pelo contrário, é um trunfo e uma riqueza que nos une e que nos faz sentir parte de um mesmo projeto.

Meus amigos e minhas amigas, antes de encerrar as minhas palavras, eu queria dizer a todos vocês que a visita do primeiro-ministro Singh ao Brasil me causa a mesma sensação e a mesma emoção que eu tive quando, em 2004, visitei a Índia. Hoje, passados quase quatro anos de mandato, e passados praticamente dois anos da minha visita à Índia, eu lembro que, quando tomamos posse, em 2003, eu anunciava que nós iríamos ter uma relação privilegiada e estratégica com os países do Sul. E afirmava que o Brasil iria ter uma relação estratégica com a Índia. Ousamos ainda mais quando, em 2003, nós dizíamos que era possível, se os países do Sul se unificassem, se os países emergentes se unificassem e estabelecessem políticas de complementaridade entre eles, mudar a geografia econômica e comercial do mundo.

Lógico que ainda não conseguimos tudo o que queremos e, certamente, não será fácil, porque temos parceiros que pensam diferente, temos adversários, gente que quer negociar com os outros de forma privilegiada, e não conosco. Entretanto, o que nós fizemos já foi um passo gigantesco e extraordinário: sair de 400 milhões de dólares para 2 bilhões e 300 milhões de dólares nas nossas relações comerciais, criar o G-20, criar o G-4 e dar a dinâmica que estamos dando à política internacional.

Certamente, não sei se na Índia, mas aqui no Brasil, ainda tem gente que acha que o Brasil deveria ficar apenas com seus parceiros tradicionais. Ora, a relação privilegiada com os Estados Unidos e com a União Européia nós queremos manter. Mas, sobretudo, queremos ser um país que olhe para o Planeta Terra como um todo e veja a existência de muito mais países do que apenas os países ricos. E descubra, em cada país, em função da sua potencialidade no campo científico e tecnológico, no campo industrial, no campo da agricultura, no campo da cultura, da educação, o máximo que nós



pudermos estabelecer de acordos, que pudermos estabelecer de trocas, que pudermos estabelecer de parcerias entre as nossas empresas, entre os nossos governos, entre os nossos artistas.

Poderia dizer, primeiro-ministro Singh, que a sua visita ao Brasil é o coroamento de uma coisa que há pouco tempo Índia e Brasil ousaram sonhar e ousaram acreditar que era possível. O oceano já não é mais adversário das nossas parcerias, as dificuldades econômicas, também não. A quantidade de gente que tem o Brasil e que tem a Índia também não é adversidade para as nossas negociações. Porque, contra todas as barreiras que se impuseram, do ponto de vista até da natureza, nós estabelecemos uma disposição política, determinação política de que, individualmente, seremos apenas mais um país no mundo mas, juntos, seremos mais que um país, seremos uma comunidade que envolve Índia, Brasil, China, África do Sul, Argentina e tantos outros países que resolveram levantar a cabeça e dizer ao mundo: Nós queremos negociar, nós queremos comprar, nós queremos vender.

Mas, o que nós queremos, de verdade, é que o mundo dos negócios e do comércio seja mais justo, que nas nossas reuniões de negócios não esqueçamos jamais que tem países pobres que não têm a força que nós temos, que não podem gritar como nós gritamos, que não podem se organizar como nós nos organizamos. E será exatamente essa coesão política entre os países que compõem o G-20, liderados pela Índia, pelo Brasil, pela China e pela África do Sul, que poderá garantir a todos nós, sonhadores, que o mundo será um mundo mais justo, mais humano, mais solidário, sem terrorismo, sem fome e sem miséria.

Esse mundo, primeiro-ministro Singh, está mais próximo de nós do que parece, porque, a primeira barreira nós já vencemos, a barreira do preconceito de que éramos fracos e de que dependíamos dos ricos para darmos cada passo da nossa vida. Nós aprendemos a andar com as nossas próprias pernas e a construir a nossa independência do jeito que acreditamos que ela deva ser.



Por isso, eu quero lhe dar os parabéns e agradecer a sua visita ao Brasil, dizendo que, definitivamente, a relação Índia/Brasil nunca mais será diminuída por obstáculos de distância, porque a vontade política do Brasil e a vontade política da Índia, a vontade política do seu governo e a vontade política do meu governo, a vontade política do povo da Índia e a vontade política do povo brasileiro, é que nós estejamos cada vez mais próximos e sejamos cada vez mais irmãos nessa empreitada da construção de um novo mundo.

Muito obrigado pela sua presença.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da I Cúpula IBAS

Brasília - DF, 13 de setembro de 2006

Excelentíssimo primeiro-ministro da Índia, senhor Singh,
Excelentíssimo presidente da África do Sul, Thabo Mbeki,
Meus amigos e minhas amigas,

É um enorme prazer receber, em Brasília, o Presidente da África do Sul e o Primeiro-Ministro da Índia para a Primeira Cúpula IBAS. A presença simultânea de dois líderes da importância de Mbeki e do primeiro-ministro Singh no Brasil marca a consolidação da iniciativa, lançada em 2003 aqui neste mesmo Palácio do Itamaraty.

A idéia original de criar o IBAS foi do presidente Mbeki, que, no dia de minha posse, sugeriu que grandes países em desenvolvimento deveriam se unir para dar novo impulso à cooperação Sul/Sul.

Pensamos em reunir um grupo pequeno de países, capazes de oferecer uma contribuição criativa para os desafios do mundo contemporâneo. Países democráticos, com irradiação regional e projeção global.

O IBAS é muito mais do que uma construção diplomática. É a expressão natural de identidades de visão sobre grandes temas internacionais. É também uma manifestação concreta de objetivos compartilhados por Brasil, Índia e África do Sul.

Somos democracias plenamente consolidadas, que dão exemplo de convivência harmônica entre as várias etnias e culturas que formaram nossas sociedades. Somos economias emergentes, destinadas a ter presença internacional sempre mais relevante. Somos, também, países que ainda



enfrentam o desafio de combater a pobreza extrema e lograr um desenvolvimento sustentável.

Estamos determinados a avançar na construção de sociedades mais justas e prósperas por meio de políticas econômicas responsáveis e de um compromisso sem tréguas com a melhoria das condições de vida de nossas populações mais vulneráveis.

Índia, África do Sul e Brasil também podem oferecer uma contribuição decisiva para a construção de uma ordem internacional mais justa, solidária e equilibrada. Estivemos juntos na origem do G-20, trabalhamos em conjunto na reforma das Nações Unidas. Nossa capacidade de irradiação positiva em nossas respectivas regiões – África, América Latina e Ásia – reforça o papel que cabe ao Sul nos principais debates e decisões internacionais.

Senhor Primeiro-Ministro, Senhor Presidente,

O Brasil, a Índia e a África do Sul coincidem no entendimento de que uma reforma urgente do Conselho de Segurança é essencial. Somente assim, as Nações Unidas poderão responder de modo eficaz aos desafios da manutenção da paz, da segurança e da estabilidade no mundo.

É necessário que o Conselho reflita o peso crescente dos países em desenvolvimento no cenário internacional. Sua atual composição representa um mundo que já não existe mais. Continuaremos a trabalhar por uma expansão do Conselho de Segurança que contemple países em desenvolvimento nas categorias de membros permanentes e não-permanentes. É fundamental chegarmos a uma decisão ainda em 2006.

A ONU precisa estar preparada para poder atuar da forma que todos esperamos. Os desafios da paz e da segurança internacional exigem, também, uma maior atenção aos problemas do desenvolvimento e do combate à pobreza. Para avançar nestes temas cruciais, a Rodada Doha é o teste do momento.



Esperamos que os países desenvolvidos assumam plenamente suas responsabilidades. Não se pode mais aceitar que suas políticas agrícolas continuem a receber um tratamento especial e diferenciado. A abertura de seus mercados agrícolas e cortes efetivos nos seus imensos subsídios são indispensáveis para o êxito da Rodada.

Os países do G-20 reuniram-se no último final de semana, no Rio de Janeiro, para buscar alternativas para a retomada das negociações da Rodada. Estamos absolutamente engajados em relação a esse objetivo. Com resultados satisfatórios em agricultura, saberemos corresponder nas outras áreas da negociação.

Pelo seu extraordinário conteúdo simbólico, e pela sua expressão concreta de solidariedade Sul/Sul, quero também mencionar o Fundo IBAS de Combate à Fome e à Pobreza. O Fundo é um instrumento único e pioneiro de cooperação Sul/Sul, em benefício dos países de menor desenvolvimento relativo.

Já estamos prestando apoio a projetos de desenvolvimento na Guiné-Bissau e no Haiti. Queremos seguir avançando com projetos na Guiana, no Laos, na Palestina e em outros países onde nossa cooperação possa fazer diferença.

Meu querido Primeiro-Ministro, meu querido Presidente,

A importância do IBAS não se esgota no papel internacional que podemos desempenhar. Este Fórum é também um poderoso instrumento para promover a cooperação trilateral em áreas de impacto concreto para nossos processos de desenvolvimento nacional. Nesta Primeira Reunião de Cúpula, teremos avanços importantes nas áreas de comércio, transporte, energia, agricultura e sociedade da informação.

A conclusão de um acordo trilateral de transportes marítimos, juntamente com o já existente acordo de serviços aéreos, permitirá conexões mais diretas entre o Brasil, a Índia e a África do Sul. Queremos, com isso,



dinamizar o comércio entre nossos países que, em conjunto, já alcança 7 bilhões de dólares. Queremos também aproximar nossos povos e nosso intercâmbio cultural e turístico. O acordo de normas técnicas, que também concluímos, será outra ferramenta poderosa para a dinamização de nossas relações comerciais.

Partilhamos ainda o propósito de transformar o etanol, o biodiesel e outras fontes renováveis e limpas de energia em commodities com grande impacto sobre o mercado mundial de energia.

Senhoras e senhores,

Nosso engajamento no IBAS reflete a prioridade que sempre dei às relações entre países em desenvolvimento. Em 2005, realizamos a Primeira Reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul-Americana de Nações, e a Primeira Reunião de Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da América do Sul e dos Países Árabes.

Ainda no final deste ano, estarei participando, na Nigéria, da primeira cúpula entre países da América do Sul e da África. Esses são passos fundamentais na superação das barreiras históricas, geográficas, culturais e mentais que sempre nos fizeram olhar mais para o Norte do que para o Sul.

O que queremos, com o IBAS e outras iniciativas, é aproveitar melhor oportunidades de cooperação Sul/Sul antes inexploradas. Isso não quer dizer que o Brasil vá descuidar das relações com o mundo desenvolvido. Essas duas vertentes de nossa política externa não são jogos de soma zero. São complementares, uma reforça a outra.

Entre 2002 e 2005, o comércio exterior brasileiro cresceu vigorosamente. Nossas trocas com os países desenvolvidos aumentaram em ritmo sem precedentes. Mas com os países em desenvolvimento, elas aumentaram em ritmo ainda maior. E representam, hoje, mais de 53% das vendas do Brasil ao exterior. Isso prova que se pode crescer simultaneamente em diferentes direções.



Em 2000, o comércio bilateral com a Índia somou pouco mais de 500 milhões de dólares. Já em 2005, subiu para 2 bilhões e 300 milhões de dólares, montante quatro vezes superior ao de 2000. Com a África do Sul, o comércio bilateral cresceu de 530 milhões de dólares, para 1 bilhão e 700 milhões de dólares, no mesmo período.

O comércio com os países em desenvolvimento também é qualitativamente importante, pois envolve produtos de maior valor agregado do que a média daqueles exportados pelo Brasil. No caso específico da Índia e da África do Sul, 87% das nossas vendas são de produtos manufaturados. Nossos principais itens de exportação para a Índia são aviões e, para a África do Sul, automóveis.

Senhoras e senhores,

Por suas características singulares e únicas de reunir três grandes países em desenvolvimento, de três diferentes continentes, o IBAS simboliza de modo muito especial essa orientação da diplomacia brasileira, de uma busca mais ativa de parcerias com os países do Sul.

Gostaria também de fazer um registro muito positivo sobre o pleno engajamento das comunidades empresarial e acadêmica com a iniciativa do IBAS. A participação de nossas sociedades é indispensável para a consolidação do mecanismo.

Primeiro-ministro Singh e presidente Mbeki,

Suas presenças aqui têm grande significado para o Brasil. Elas refletem nosso compromisso político com a visão de mundo plural que inspirou a criação do IBAS. Estou certo de que teremos uma reunião muito produtiva.

Continuaremos a construir, com determinação e com uma visão de futuro, um destino de aproximação cada vez maior entre o Brasil, a Índia e a África do Sul.

Muito obrigado.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de assinatura de atos durante a I Cúpula do IBAS**

Palácio Itamaraty, 13 de setembro de 2006

Meu querido companheiro e amigo presidente da África do Sul, Thabo Mbeki,

Meu querido amigo e companheiro primeiro-ministro da Índia, primeiro-ministro Singh,

Senhores ministros e representantes da delegação da África do Sul,

Senhores ministros e representantes das delegações da Índia,

Senhores ministros, companheiros e companheiras da delegação brasileira,

Nesses quase quatro anos de governo, eu tenho participado de muitas e muitas reuniões de trabalho. Aliás, todas as reuniões de que participei foram de trabalho. Mas quero dizer ao Primeiro-Ministro e ao Presidente que poucas vezes eu participei de uma reunião tão densa, com tantos assuntos e tão concentrada como a reunião que nós fizemos hoje. A ponto do Itamaraty, que é conhecido mundialmente pelo tratamento cordial que dá aos convidados, ainda não nos ter dado almoço, numa demonstração de que o Primeiro-Ministro e o presidente Mbeki vão sair daqui dizendo: “Palavras não enchem barriga”.

Mas, a verdade é que, o que nós fizemos aqui hoje, possivelmente nem nós mesmos tenhamos a dimensão da grandeza desta reunião do IBAS. Primeiro porque são três países, cada um com a sua importância no seu continente. Representamos, dentro do bloco dos países emergentes, pelo menos 1 bilhão e 250 milhões de habitantes. Somos três economias, cada uma com a sua particularidade e cada uma com a sua potencialidade. Nós decidimos – por uma proposta do presidente Mbeki, feita em 2003, por ocasião



da minha posse como presidente da República – nos conhecer melhor e fortalecer a relação Sul-Sul, porque politicamente e economicamente estávamos habituados a uma relação Sul-Norte. E resolvemos, além de continuar fortalecendo a relação com o Norte, conhecer de perto o que a Índia, a África do Sul e o Brasil têm de oportunidades nos campos científico e tecnológico, do comércio, da indústria, da cultura e da agricultura, para que possamos nos inteirar mais, aumentar as nossas trocas, fazer as nossas parcerias e fazer com que as nossas empresas cresçam, dentro e fora de cada um dos nossos países.

E chegamos à conclusão de que, se nós tivéssemos feito há 20 anos atrás o que estamos fazendo nesses últimos três anos, possivelmente os nossos países fossem mais desenvolvidos, possivelmente a nossa relação fosse muito mais forte e, possivelmente, nós já teríamos crescido economicamente muito mais do que crescemos.

De qualquer forma, nunca é tarde para a gente reparar os equívocos ou os erros históricos que fizemos nas nossas relações com países irmãos. E, urgentemente, pelos memorandos que nós assinamos aqui, nós precisamos corrigir. Corrigir economicamente, politicamente e também do ponto de vista cultural.

Eu, meu caro presidente Mbeki, meu caro primeiro-ministro Singh, ao terminar esta reunião, saio daqui com a convicção de que se nós colocarmos em prática o que nós decidimos do ponto de vista político, o que nós almejamos do ponto de vista econômico e comercial, o que nós sonhamos do ponto de vista cultural, eu não tenho dúvida de que, daqui a alguns anos, em menos anos do que a gente espera, a relação entre a Índia, a África do Sul e o Brasil estará em um nível tão elevado que muitos estudiosos poderão não acreditar como é que nós chegamos ao patamar de relação que nós estamos construindo. O Brasil tem muito a aprender com a Índia, o Brasil tem muito a aprender com a África do Sul, certamente a Índia tem muito a aprender com o



Brasil e a África do Sul tem muito a aprender com o Brasil, e certamente todos nós temos muito a aprender e muito a ensinar.

E esta reunião, com a presença extraordinária de empresários dos três países, com a presença acadêmica dos três países, demonstram que finalmente nós nos descobrimos, finalmente nós compreendemos que temos importância. Importância que foi demarcada quando juntos criamos o G-20, em Cancun, importância que é demarcada a cada reunião nossa para discutir o Conselho de Segurança da ONU, aliança demarcada toda vez que nos reunimos para discutir a Organização Mundial do Comércio. Certamente ainda não conseguimos todos os nossos intentos, mas, certamente, já conseguimos mais do que nos últimos 50 ou 60 anos, porque estávamos de costas uns para os outros, todos olhando para o mundo desenvolvido e ninguém olhando para o potencial de possibilidades que existe no exercício de uma política de complementaridade entre África do Sul, Índia e Brasil.

Como nós três já fizemos discursos e não cabe a mim fazer um terceiro discurso aqui, e a imprensa já está recebendo a declaração da imprensa, eu queria dizer aos dois amigos, presidente Mbeki e primeiro-ministro Singh, muito obrigado pela confiança que vocês depositaram nesta reunião, muito obrigado pela participação efetiva das suas delegações, e podem sair do Brasil com a certeza de que, se depender do Brasil, o IBAS se tornará cada vez mais referência do multilateralismo que tanto nós acreditamos e que tanto nós queremos fortalecer.

Muito obrigado, de coração, presidente Mbeki, muito obrigado, primeiro-ministro Singh, e muito obrigado Celso Amorim, por ter organizado esta reunião, e obrigado também a todos os ministros. Eu espero que agora, gentilmente, o Itamaraty nos convoque para um almoço-jantar, que é o que vai acontecer.

Muito obrigado a todos vocês e até outro dia.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encontro dos Chefes de Estados e de Governo do IBAS

Palácio Itamaraty - DF, 13 de setembro de 2006

Eu estou convencido e penso que este é o convencimento do primeiro-ministro Singh e do presidente Mbeki, de que é urgente que recuperemos o tempo perdido. A potencialidade das relações entre África do Sul, Índia e Brasil, é de uma grandeza incomensurável e nós ainda não a descobrimos porque durante décadas e décadas estivemos voltados para uma relação muito forte com os países do Norte e deixamos num segundo plano, eu diria, até quase no esquecimento, as relações Sul/Sul.

Pelo que tenho acompanhado sobre a África do Sul, sobre a Índia e, certamente, pelo que vocês têm acompanhado sobre o Brasil, nós temos uma política de complementaridade que ainda não foi exercitada. As coisas que podemos construir juntos, as coisas em que poderemos fazer parcerias, as atividades culturais que podemos criar juntos, os três países, além das atividades comerciais, podem dar um impulso extraordinário na economia de cada um dos nossos países e, quem sabe, despertar junto a outros países do Sul a necessidade de todos olharem um pouco mais forte para os seus parceiros, para os seus vizinhos, e tentar descobrir o que é possível fazer para que a gente possa se desenvolver com a experiência dos outros, porque é importante nós fazermos com que essa troca de experiências e essa afinidade política se transforme em crescimento de riqueza nos nossos países e, conseqüentemente, se transforme na melhoria da qualidade de vida dos nossos povos.

No final das contas, eu penso que é isso que o Presidente da África do Sul deseja, que o Primeiro-Ministro da Índia deseja, que eu desejo e que todos os presidentes desejam: melhorar a vida do seu povo, trabalhar para que a



economia cresça, trabalhar para que haja distribuição de renda, trabalhar para que tudo isso aconteça a partir de um trabalho que nós precisamos fazer, muito grande, para atrair investimentos para os nossos países, construindo parcerias entre os nossos empresários.

Eu ouvia o primeiro-ministro Singh falar sobre a necessidade de estabelecermos uma relação mais forte da nossa Marinha Mercante. O Brasil, só para os senhores terem uma idéia, na década de 80 e na década de 90, praticamente destruiu a indústria naval e a nossa Marinha Mercante. Agora, nós já recuperamos a indústria naval e vamos recuperar a nossa Marinha Mercante, porque acho que isso pode fortalecer muito a relação do Brasil com os países irmãos.

Para mim, essa reunião é um marco histórico. Eu não sei quantas vezes a Índia despertou tanto o interesse do Brasil, não sei quantas vezes a África do Sul despertou tanto o interesse do Brasil, e não sei quantas vezes o Brasil despertou tanto interesse para a Índia e para a África do Sul. O fato de nós três estarmos aqui, representando os nossos países, com os nossos empresários e com membros do nosso governo, é a afirmação pública de que nós acreditamos na relação Sul/Sul e que o IBAS veio para ficar, se fortalecer e construir uma relação que possa ser definitiva entre Índia, África do Sul e Brasil.

Por isso, eu quero agradecer a presença de todos vocês, dizer mais uma vez da minha alegria e gostaria de ouvir um pouco os comentários do presidente Mbeki e, depois, os comentários do primeiro-ministro Singh.

Bem, eu queria agradecer ao primeiro-ministro da Índia e lembrar a vocês que o tempo é implacável e nós precisamos passar para a sessão de abertura, mas antes eu queria, depois de ouvir os empresários e ouvir os ministros de cada país, eu quero fazer uma sugestão, que independentemente de outras reuniões, nós deveríamos decidir que concomitante com a Cúpula do IBAS, que vai acontecer no próximo ano, e a nossa querida África do Sul já se



ofereceu para sediar a próxima reunião do IBAS, que houvesse uma cúpula empresarial também, que a gente pudesse, junto com a cúpula dos países, fazer uma cúpula empresarial, para que os nossos empresários pudessem contabilizar os negócios que foram feitos até a próxima cúpula, o que cresceu, e o que não cresceu, e eu acho que a relação entre os empresários também pode possibilitar esse desenvolvimento.

Então, eu quero agradecer a todos vocês e convidá-los para a sessão de abertura.

Muito obrigado.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de sanção da Lei da Timemania**

Brasília - DF, 14 de setembro de 2006

Meu caro Aldo Rabelo, presidente da Câmara dos Deputados,
Minha querida companheira Dilma Rousseff, ministra-chefe da Casa
Civil,

Meu companheiro Orlando Silva, ministro do Esporte,

Meu companheiro Nelson Machado, ministro da Previdência Social,

Meu companheiro Tarso Genro, ministro da Secretaria de Relações
Institucionais,

Meu querido companheiro ex-ministro, deputado Agnelo Queiroz,

Deputado Deley,

Minha querida companheira torcedora do Santa Cruz, fiquei sabendo
agora, Maria Fernanda, presidente da Caixa Econômica Federal. Eu, se
soubesse, talvez não a tivesse escolhido para a Caixa Econômica Federal,

Meu caro Nabi Abi Chedid, presidente em exercício da Confederação
Brasileira de Futebol,

Meu caro Mustafá Contursi, presidente em exercício do Clube dos 13.

Senhor Fernando Carvalho, presidente do Sport Clube Internacional,

Senhor José Neves Filho, presidente do Santa Cruz,

Meus amigos e amigas, secretários e secretárias de Esporte,

Senhores dirigentes de federações e de clubes,

Cara jogadora da Seleção Brasileira,

Caros atletas aqui presentes,

Meu caro Paulo Sérgio, hoje vice-presidente da Federação Paulista,

Meus amigos e minhas amigas jornalistas,

Dirigentes dos clubes de futebol,



Antes de ser presidente da República, eu sou brasileiro. Antes de ser presidente da República, eu sou fanático por esporte e, dentro do esporte, o futebol. E antes de ser presidente da República, eu sou torcedor, desde muito pequeno, mas não daqueles torcedores que vão ao estádio, porque depois de ter virado presidente da República, nunca mais fui. Aliás, a última vez que eu fui foi no jogo da Seleção Brasileira com o Haiti. Eu era um torcedor daqueles que enfrentavam filas, que tomavam chuva, que, às vezes, ficavam na fila e, quando chegava a minha vez de entrar, não tinha mais ingresso para ser vendido, e ficava tentando subir em algum lugar para ver o jogo por cima do muro. Sou daqueles que já viram o time perder muito, o time ganhar, sou daqueles que iam ao estádio para ver outros times de futebol que estavam vivendo momentos importantes.

Foi com essa visão que eu, junto com o ministro, na época, Agnelo, decidimos que era preciso cuidar do esporte, não como uma empresa apenas, como alguns querem, porque o esporte é antes de tudo uma paixão nacional. Alguém disse aqui, agora há pouco, que não são poucos os times brasileiros que têm mais de 80 anos, 90 anos, 100 anos, 40 anos, ou seja, tem poucos times com menos de 50 anos no Brasil.

Eu contava para o Nabi Abi Chedid uma coisa extraordinária. Você vai a uma cidade como Campinas, você encontra uma torcedora, que eu acho que se chama Conceição, uma torcedora da Ponte Preta, que já é uma senhora. Então, só tem alguém que ela ama como ama a Ponte Preta, que é Deus. E eu acho que cada clube tem essas referências, muitas vezes têm muitas, mas só aparecem umas ou outras. Eu lembro que o Corinthians tinha uma senhora chamada Elza, que era muito famosa. E cada time deve ter o seu torcedor fanático, aquele que está todo dia ali, chorando, brigando, aquele que vai quando o time perde, quando o time ganha, quando está chovendo, quando está sol, aquele que vai de ônibus, dois, três dias de viagem. Às vezes, ele



nem consegue chegar perto do presidente do time, às vezes não consegue nem chegar perto dos jogadores, mas estão lá.

Essa coisa é que me faz entender o futebol não apenas como atividade esportiva. O futebol, no Brasil, é uma atividade cultural, é um patrimônio cultural do País ter o que nós temos. E a minha preocupação é saber que essa lei não vai resolver tudo. É importante que os dirigentes, os jogadores e as jogadoras saibam que essa lei é apenas o começo de um processo, de uma relação que estamos estabelecendo com vocês, que não é uma relação do toma lá dá cá. É uma relação civilizada, de homens e mulheres civilizados que se reúnem com governantes civilizados e estabelecem regras que possam, da forma mais transparente possível, nortear os passos que nós temos que dar para recuperar o futebol brasileiro.

Quando eu digo recuperar o futebol brasileiro é por uma razão muito simples: a globalização nos pegou na questão do esporte no contra-pé. Nós não estávamos preparados para viver o momento que estamos vivendo no esporte globalizado. Os nossos times não tinham uma estrutura para dar sustentação aos seus artistas, aos atletas que tem hoje o futebol europeu, sobretudo, se nós analisarmos a Alemanha, Inglaterra, Itália e Espanha. Não temos. E por que não temos? Nós não podemos jogar a culpa em cima de um presidente de um time, em cima de um presidente da CBF. Nós temos que jogar a culpa em cima de todos nós, afinal de contas, é uma responsabilidade nossa cuidar conjuntamente de uma coisa que é uma paixão nacional. Não é responsabilidade de um clube, porque são raros os momentos em que o clube pode ir bem. Eu já vi times acabar de ser campeões e perder cinco, seis, sete jogadores de uma só vez, eu já vi time de futebol no Brasil, no meio do campeonato, perder quatro ou cinco jogadores titulares. E esse paradoxo, nós vamos ter que resolver, porque hoje os clubes brasileiros – e é por isso que a outra lei está no Congresso Nacional – os clubes brasileiros que investem na formação do jogador, na verdade até nós, torcedores, só conhecemos os



jogadores até 20 anos, hoje já estão comprando garotos de 10, garotos de 12, garotos de 15 anos. Daqui a pouco, vão à maternidade. Vocês, que são atletas aí, quando as mulheres estiverem para dar à luz, já vão querer comprar pensando que vão ser iguais a vocês.

Esse é um dado concreto e nós temos que nos debruçar sobre esse problema e tentar encontrar uma solução. Nada de ferir a autonomia do jogador, até porque ele é um ser humano que tem o direito de fazer os melhores contratos e ganhar o máximo que ele puder ganhar, mas o fato de você beneficiar um, não significa que você tenha que prejudicar o clube, que investiu muitas vezes num jogador desde os 6 anos de idade, 4 anos de idade, 5 anos de idade.

Eu fico sempre lembrando o caso do Ronaldinho, que foi vendido para o Paris Saint Germain, não sei se foi para o Paris Saint Germain, mas foi para a França, porque tinha vencido o tempo dele e ele tinha direito de ir de graça. O Grêmio recebeu um pouquinho, depois o time francês o vendeu para o Barcelona por uma fortuna. E o Grêmio não ganhou nada. Apenas para citar um exemplo, sem divergência entre nós, eu poderia citar o caso do Kaká. O Paulo Sérgio, eu o vi jogar no Corinthians moleque, depois, se eu quisesse vê-lo, eu tinha que ir assistir de vez em quando ao jogo da Alemanha na televisão, quando passava, porque está passando mais recentemente.

Quem quiser ver os atletas da Seleção Brasileira jogando hoje, tem que ligar uma televisão a cabo e ver um campeonato europeu. Esse hiato de 10 anos, nós vemos os atletas jogando dentro do Brasil até 20 anos e, depois, vamos vê-los de volta aos 30 anos, depois de passar pelo Japão, depois de passar por outros países que não têm o futebol com a dimensão que tem o europeu. E a gente vê os jogadores voltarem para o Brasil para encerrarem a sua carreira. Obviamente que os mais velhos aqui, como eu, nós somos da geração que via um jogador nascer num time e parar a carreira no time, seja o Corinthians campeão de 54; o Palmeiras Academia; o Botafogo de Garrincha,



Didi e Quarentinha; o Flamengo, nos seus melhores momentos, ultimamente, o de Zico; o Vasco da Gama, o Fluminense, o Santos, o São Paulo. Nós todos assistimos a máquina do Santos nascer e morrer ali dentro. Todos nós vimos, por exemplo, o Botafogo, que tinha um time na mesma envergadura do Santos, em que os jogadores nasciam e morriam ali dentro.

Eu não defendo essa perpetuação, porque eu sei que os atletas precisam aproveitar as oportunidades para ganhar, porque a profissão deles é de 10 anos. Se não fizerem um pé de meia nos 10 anos e procurarem ganhar no momento em que está bem... nós vimos o que foi feito com Garrincha neste País. O Garrincha era a sensação do Brasil, e o contrato do Didi, que não era menos sensação, era três vezes o contrato do Garrincha, porque um agia mais profissionalmente e o outro agia apenas com a paixão do futebol.

Essa loucura que é o futebol precisa ser tratada sem loucura, precisa ser tratada com seriedade. Foi por isso que eu disse para vocês que essa Timemania é apenas um primeiro passo. Tem muita gente que acha que o time-empresa é o time colocar a faixa de uma empresa que todos os times têm hoje. Aquilo é uma ajuda. O time-empresa é quando nós tivermos os times brasileiros preparados, gerando renda para poder sobreviver. Aí sim, nós viraremos time-empresa, quando a camisa de um jogador valer o que vale na Europa hoje. Tentem comprar uma camisa do Ronaldinho na Espanha, tentem comprar uma do Kaká para ver quanto custa, para citar apenas duas figuras importantes do futebol brasileiro.

Agora, aqui, no Brasil, nem o povo tem o poder aquisitivo suficiente e nem nós temos esse hábito, que precisamos adquirir, de fazer com que o clube vá se estruturando, porque nós estamos pleiteando a Copa do Mundo de 2014. Vocês sabem que, para a gente ter a Copa do Mundo de 2014 aqui – o Presidente da Fifa está vindo ao Brasil agora, no dia 28 de setembro – para que a gente tenha a realização da Copa do Mundo hoje, no Brasil, pelos critérios da Fifa, nós não temos nenhum estádio em condições de sediar jogos



da Copa. Significa que, se nós estamos pleiteando – e eu já fiz questão de tornar pública a vontade do governo brasileiro de ter a Copa do Mundo aqui, em 2014 – significa que nós vamos ter que pensar, no mínimo, em construir 12 novos estádios neste País. E não é responsabilidade dos clubes ou apenas da Confederação, é responsabilidade do governo federal, dos governos estaduais e dos prefeitos, é responsabilidade do nosso Banco de Desenvolvimento, é responsabilidade dos nossos bancos públicos, Caixa e Banco do Brasil, porque uma Copa do Mundo vai dar ao Brasil uma visibilidade que, possivelmente, a gente não tenha dimensão.

A única coisa que nós guardamos da Copa de 50 são os dois gols uruguaios. Mas, da Alemanha, a gente percebe que guarda outras coisas. Embora o Brasil não tenha feito jus a tudo que nós somos, a verdade é que guardamos da Alemanha a imagem de uma Copa do Mundo altamente profissionalizada. Aquilo significa que é possível construir a paz no mundo, e o futebol pode ser isso.

Eu, por exemplo, quando convidei o Ricardo Teixeira para levar a Seleção Brasileira para o Haiti, se vocês não viram ainda, tem um documentário sobre a ida da Seleção Brasileira ao Haiti que mereceria ser visto por todo mundo, jogadores, dirigentes, e deveria passar nos canais da televisão brasileira em horário nobre, porque se alguém tiver alguma dúvida do que o Brasil representa no mundo esportivo, sobretudo no futebol, assistam aquele documentário e vocês vão ver que é mais do que uma paixão. Não existe doença sadia, mas é uma coisa tão forte que eu jamais imaginei poder ver um espetáculo daquele, o comportamento do povo na rua.

Agora mesmo eu dizia ao Nabi Chedid, que o Líbano está precisando da Seleção Brasileira. A Seleção Brasileira vai ao Kuwait no dia 12, quem sabe, Nabi, seja importante você ligar para o Ricardo Teixeira, já que estará lá pertinho, quem sabe possa se fazer um jogo no Líbano pela paz, alguma coisa que possa simbolizar... os atletas brasileiros podem entrar em campo



carregando mensagens para a juventude brasileira, não apenas entrar com a camisa da empresa que os patrocina, podem entrar com faixas, palavras de ordem para a juventude brasileira, orientação para a sociedade, e eu penso que todos os atletas têm disposição e vontade de fazer essas coisas.

Essa lei que eu acabo de sancionar agora é o começo de uma jornada, é o começo de uma jornada porque eu sonho, não apenas como presidente, porque o presidente tem mandato, tem prazo determinado, mas como cidadão brasileiro e como torcedor, eu sonho com o dia em que os jogadores brasileiros não terão que jogar lá fora por causa de dinheiro. Ele poderá ir porque quer ir, às vezes ele quer aumentar seus conhecimentos, às vezes a mulher quer formar os filhos, ele pode até querer ir, mas que os clubes brasileiros tenham as mesmas condições de sustentabilidade financeira que têm os clubes europeus.

Como é que a Espanha chegou ao que chegou? Como é que a Itália chegou aonde chegou? Dizer: “Mas no Brasil é porque os dirigentes não são honestos”, é a coisa mais simples, é você jogar a pecha de desonesto em cima de alguém. A Itália, que é esse monstro sagrado do futebol, que já está quase perto do Brasil na conquista de Copas do Mundo, todo dia a gente tem uma denúncia no jornal, entretanto, o futebol não perde o profissionalismo.

É essa a mentalidade que nós precisamos carregar para os clubes brasileiros, para a gente convencer os torcedores, para compreenderem que eles são a razão da sustentação do seu clube. E nós vamos ter que resolver vários problemas, o problema financeiro é apenas um. Outros nós precisamos, viu Orlando, quem sabe criar um fórum permanente de discussão sobre esporte brasileiro, um fórum permanente para que a gente possa dar, definitivamente, uma solução para o futebol brasileiro, para que a gente possa sonhar em ver os estádios lotados, que a gente possa levar mulheres e filhos para os estádios, que a gente não esteja subordinado a briga.

Eu, por exemplo, deixei de ir ao estádio porque um espetáculo para mim



era ficar perto da torcida, era sentar no meio da torcida porque era um espetáculo à parte. Pelo menos se você pegar algumas torcidas mais fanáticas, do Flamengo, do Corinthians, do São Paulo, do Santos, do Botafogo, do Vasco da Gama. Então, eu penso, para citar apenas alguns grandes times aqui, Cruzeiro, Atlético, se a gente for citar, daqui a pouco vão dizer que a gente está esquecendo times. Bragantino, para eu não esquecer, Santa Cruz, Figueirense. Ou seja, nós vamos ter que compreender isso.

Então, eu queria agradecer o empenho de vocês. Essa lei, obviamente, saiu porque vocês trabalharam para ela sair. Quero agradecer o empenho do presidente Aldo Rebelo, agradecer ao ministro Orlando, mas sobretudo agradecer a um companheiro a quem todos nós devemos a existência desta lei, que é o companheiro Agnelo Queiroz.

Eu quero terminar dizendo a vocês o seguinte: tenham neste ato de hoje, aqui, apenas o primeiro passo. Imaginem a Muralha da China, imaginem quanto levou para construir aquilo, imaginem quantas vezes as pessoas que iam trabalhar desanimavam: “será que a gente vai chegar ao final?” Então, eu quero que vocês imaginem que estamos dando um passo importante numa caminhada que temos que concluir daqui a algum tempo, que é recuperar o futebol brasileiro para nós, brasileiros. Porque, para mim, não é confortável saber que o Brasil, embora sempre seja chamado de “o país do futebol”, a verdade é que hoje houve um inversão, nós somos o país criador de jogadores de futebol, mas onde o jogo é praticado com os grandes atletas que todo mundo gostaria de ver, os que chegam à Seleção, é no continente europeu.

E nós queremos que o Brasil volte a ter os nossos atletas. Aqui é assim, você marcou dois gols, daqui a pouco já tem um empresário levando o jogador para fora. Obviamente que o jogador tem que ir, porque ele está pensando é no futuro da família dele, ele está pensando é em sustentar sua família, seus pais. Normalmente são pessoas pobres, que vêm da periferia, e quando ganham um pouco de dinheiro, precisam cuidar do futuro. É assim que todo mundo



funciona, é assim que vocês funcionam, é assim que todo mundo pensa neste País.

Por isso, meus queridos atletas, minhas queridas atletas, meus queridos dirigentes esportivos, eu quero que vocês sejam cúmplices dessa boa demanda. Eu sei que tem muita gente que faz crítica, tem muita gente que fala em clube-empresa com uma facilidade, é tudo muito fácil na teoria. Na prática, quando o presidente do time ou o tesoureiro vai ver o que arrecadou no final do mês para a folha de pagamento, para o “bicho” que tem que dar, porque se a gente pudesse dar “bicho” quando ganha e descontar quando perde, seria bom, mas a gente só pode dar “bicho” quando ganha, não pode descontar quando perde. Como eu fui jogador de várzea e sei o que é o mundo da várzea, joguei muito tempo, vi Paulo Sérgio, não fui ao Bayern de Munique porque não tive chance. Mas eu queria dizer para vocês que me deixa triste saber que a nossa várzea não tem mais a quantidade de campos que nós já tivemos.

Eu morei num bairro muito pobre de São Paulo, na Vila Carioca, e a gente tinha um campo atrás do outro, a gente jogava sábado de manhã, sábado à tarde, domingo de manhã, domingo à tarde. Hoje eu passo lá e não tem mais, estão acabando os campos, então, aquilo que o Didi falava, que o Garrincha falava, ou melhor, o Nilton Santos, que as crianças deveriam aprender com uma bola de meia, numa rua de terra, hoje as crianças aprendem numa escolinha, porque quem mora numa cidade já não tem mais espaço para jogar. E eu quero ajudar, para que a gente reconstrua isso, porque eu vivi esse tempo, eu sei o quanto é saudável a prática de esportes, não apenas para ganhar dinheiro. A prática de esportes como um todo é extraordinária.

Eu queria terminar lendo apenas duas páginas aqui do que estava escrito, porque senão o pessoal que faz o discurso fica achando ruim. Eu acho que se nós tratarmos o futebol brasileiro como patrimônio nacional, eu vou dar



um exemplo aqui para o Presidente do Internacional, eu sou simpático, sou torcedor do Internacional, no Rio Grande do Sul, embora seja apaixonado pelo Grêmio, porque eu vi o Grêmio fazer um jogo com o Cruzeiro em que o Grêmio estava perdendo o jogo, eu estava com o Tarso Genro, o que eu vi aquela torcida fazer e o que eu vi aqueles jogadores fazerem dentro de campo! Somente a auto-estima é que leva um time a fazer aquilo.

Eu sou torcedor do Internacional, minha mulher por exemplo, não era torcedora de nada. Foi em 1976, quando o Internacional ganhou do Corinthians, em um campeonato brasileiro, o Internacional do Falcão, do Caçapava, do Batista, do Paulo Sérgio Carpegiani, do Lula, foi ali que a minha mulher virou corintiana, porque eu sofri e ela, então, foi solidária ao meu sofrimento e virou corintiana.

Então, o futebol é capaz dessas coisas e se as pessoas virem futebol, as pessoas vão sentir o mesmo que a minha mulher sentiu. Por que eu virei torcedor do Vasco da Gama no Rio de Janeiro? Virei torcedor do Vasco por causa do Bellini, por causa do Pinga, por causa do Sabará, por causa do Orlando em 1957. Bem, essas coisas, se mexeram comigo, mexem com qualquer brasileiro que tenha a oportunidade de ver. Agora, se a gente para ver jogo de futebol tem até que pagar uma TV a cabo, porque o pobre não tem TV a cabo e não pode ver, aí é demais. Então, essas coisas nós vamos ter que consertar gente, isso não tem mágica, isso não é possível fazer por decreto, isso é possível fazer como construímos essa lei agora, conversando com todo mundo, onde ninguém procure levar vantagem sobre ninguém, mas onde a gente tenha três objetivos definitivos: salvar os clubes brasileiros e dar a eles a dimensão que eles têm que ter, porque já têm, do ponto de vista histórico; garantir que os nossos atletas sejam remunerados de acordo com o que merecem e que tenham garantias no serviço que estão fazendo; e, sobretudo, beneficiar o torcedor brasileiro que, no fundo no fundo, termina sendo o pai de todos nós, porque sem eles não haveria clube de futebol.



Que Deus abençoe todos vocês, boa sorte, e vamos fazer um pouco mais daqui para a frente.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de sanção da Lei que institui o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN)

Brasília - DF, 15 de setembro de 2006

Meu querido companheiro Patrus Ananias, ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome,

Meu querido companheiro ministro Nelson Machado, da Previdência; e meu querido companheiro Agenor Álvares da Silva, da Saúde; Meu caro Jorge Hage, ministro do Controle e da Transparência;

Minhas companheiras Maria do Carmo Ferreira da Silva, interina da Secretaria Especial de Políticas da Igualdade Racial,

Meu querido Rolf, presidente do Inbra,

Meu querido companheiro dom Mauro Morelli,

Meu querido companheiro Chico Menezes, presidente do Consea,

Meus amigos e minhas amigas,

A Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional que sancionamos hoje é obra de um único e grande autor que a todos entusiasma e enche de orgulho: a consciência nacional brasileira.

Sua elaboração representa a síntese de um esforço coletivo, suprapartidário e ecumênico, para que o Estado brasileiro assumisse de forma definitiva uma de suas mais urgentes questões. Estou falando de dar ao País um marco institucional à altura dos nossos valores humanistas. Um marco que seja coerente com nossos compromissos pela justiça e solidário com os que lutam para vencer a fome, o abandono e a exclusão.

Por ter nascido de um mutirão nacional, essa é uma lei que já nasce



vitoriosa. Venceu o maior desafio da democracia, que é construir as condições para que toda a população possa exercer seus direitos fundamentais.

Todas essas razões são mais do que suficientes para termos ainda mais orgulho dos nossos movimentos sociais, bem como das lideranças que os expressam.

Da mesma forma, é motivo de orgulho ver no Congresso Nacional a sensibilidade necessária para distinguir a relevância de um projeto e aprová-lo, mesmo em um ano eleitoral, de forma unânime e ágil.

Graças a essa convergência da vontade nacional, a nutrição e o combate à fome assumem hoje o caráter de uma política perene no Brasil, evitando-se, assim, a descontinuidade administrativa numa área de crucial interesse de toda a sociedade.

Estamos sancionando a criação de um Sistema Nacional de Segurança Alimentar formado pelo Consea; pela Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. Esta última é integrada por ministros de Estado e secretários especiais ligados a essa agenda.

Com a nova Lei, o Consea, que havia sido extinto nos anos 90 e recriado logo no primeiro mês do nosso governo, ganha agora estatutura constitucional e passa a ser um órgão permanente da Presidência da República.

Meus amigos e minhas amigas,

Quis o destino que a segurança alimentar fosse incluída em nossas leis como um direito humano inalienável no mesmo ano que uma obra que mudou a compreensão nacional face à tragédia da fome se torna sexagenária. Em 1946, o médico, diplomata e militante socialista brasileiro Josué de Castro lançava “Geografia da Fome”, o livro que desvendou a verdadeira face de uma privação socialmente construída. E que, portanto, teria que ser enfrentada como uma questão política, e não como uma fatalidade natural. Quando



escreveu sua mais conhecida obra, Josué de Castro sofreu pressões para que o título incômodo fosse substituído por outro mais ameno.

Não foram poucos, também, os que torceram o nariz quando o nosso governo batizou seu primeiro programa social com a mesma palavra de forte contundência. Ao lançarmos o Fome Zero, muitos criticaram o amplo guarda-chuva de políticas sociais voltadas à transferência de renda, ao combate à desnutrição e ao fortalecimento da agricultura familiar.

Dizia-se, entre outras coisas, que a insegurança alimentar era uma questão menor do desenvolvimento. Que não era preciso transformá-la em agenda de Estado. Tampouco seria certo ampliar recursos orçamentários para esse fim. Bastaria seguir a mecânica de mercado e as coisas se ajustariam espontaneamente na vida dos brasileiros mais pobres.

Nós entendemos que o processo de desenvolvimento não se faz assim. Não se terceiriza assim o destino de um povo. A desigualdade não pode ser tratada como uma opção consciente dos excluídos. Nem a fome, como atributo voluntário dos famintos.

Preferimos seguir a lição ensinada por Josué de Castro: a injustiça socialmente produzida deve ser superada pela vontade coletiva e republicana de toda uma nação. Somente assim, a democracia política se realiza também como democracia social. Somente assim o bem-estar de cada um encontra sua contrapartida no bem-estar de todos.

Foi esse entendimento também que motivou a criação do Bolsa Família e deu a esse programa a responsabilidade de ser o instrumento de mais vasto alcance do programa Fome Zero. Hoje, são 11 milhões e 100 famílias pobres, as mais humildes de nossa terra, que têm assegurado um benefício que dá aos seus membros o direito a uma alimentação digna.

Com a Lei Orgânica, aumenta a participação social na elaboração, condução e fiscalização das políticas públicas da área. Ao mesmo tempo, a Lei cria espaços institucionais permanentes para que os diferentes programas



voltados à segurança alimentar possam ser cada vez mais integrados e, com isso, ganhem ainda mais eficiência.

Minhas amigas e meus amigos,

O combate à fome é mais do que uma opção administrativa. É um dever político. Não pode depender do ânimo deste ou daquele governante. A fome não é algo relativo. Seu enfrentamento é um dever da sociedade civil e de todos os entes da Federação.

É por este motivo que a Lei de Segurança Alimentar e Nutricional é tão importante. Ela consolida a parceria entre os governos e transforma o combate à fome e à desnutrição em política de Estado, uma política que nenhum administrador público pode ignorar.

Se hoje vivemos no Brasil menos desigual dos últimos 25 anos, isso se deve muito às políticas que tiveram na segurança alimentar sua constituição fundamental.

O Bolsa Família já é responsável por um terço da queda da desigualdade brasileira. A desnutrição infantil caiu 62% entre as crianças de 6 a 11 meses beneficiadas por esse Programa. Em todo o país, 94% dos meninos e meninas já comem três vezes ao dia.

Os repasses para a merenda escolar, graças aos esforços do Consea, em colaboração com distintas áreas do governo e da sociedade, tiveram um aumento médio de 60% nos últimos três anos, depois de permanecerem congelados durante quase toda a década de 90.

Muitos dos alimentos que integram a merenda escolar já são comprados de pequenos produtores por meio do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, o PAA. Ao todo, o PAA adquiriu, a partir de janeiro de 2003, quase 200 milhões de reais em leite, beneficiando 18 mil e 500 produtores. E 73 milhões de reais em outros alimentos produzidos por 195 mil agricultores.

Todas estas ações são construídas sobre um cadastro social



transparente e confiável, como nunca tivemos. Ele é permanentemente fiscalizado e atualizado. Permite que aprimoremos e aceleremos as políticas em andamento e serve como uma baliza para que, sempre, o Estado consiga conhecer e atender os seus cidadãos menos favorecidos.

Meus amigos, minhas amigas,

A Lei sancionada hoje é parte de um acerto com o relógio da nossa história. Devolvemos ao desenvolvimento brasileiro a dimensão de um projeto coletivo que se constrói de forma democrática e solidária.

Um projeto de país só dá certo assim. Surge de uma ampla convergência de forças construída ao longo de décadas, e é cimentado por princípios e valores compartilhados dentro e fora do Estado. Como resultado, forma uma grande arquitetura de consensos que define o método, a agenda e o passo seguinte da história nacional.

Na verdade, essa Lei simboliza a recuperação da auto-estima de todo um povo, de uma nação que se reconcilia consigo mesmo ao associar definitivamente sua identidade, seu crescimento e seu futuro com a bandeira da justiça social.

Meus companheiros do Consea, meus companheiros representantes da sociedade civil, secretários de Estado aqui presentes, ministros, meu querido companheiro Patrus Ananias. Eu queria dizer a vocês e à Ana Maria de Castro, que eu li o “Geografia da Fome” no primeiro ano que eu assumi a presidência do Sindicato dos Metalúrgicos, em São Bernardo do Campo. Era impressionante como esse livro produzido em 1946, um ano depois de eu ter nascido, pudesse ser tão real, como era, em 1975, praticamente 29 anos depois.

Se nós formos olhar para alguns recantos do Brasil, em que o Estado brasileiro ainda não chegou, o livro continua atual como estava, quando foi publicado. Normalmente, as pessoas que governam o Brasil conhecem pouco o Brasil. Não são muitos os governantes que adquiriram o hábito de andar o



Brasil, o Brasil dos grotões, o Brasil da periferia, o Brasil fora de época de ano eleitoral, o Brasil para conhecer a gente e a alma da gente. Se todos fossem, certamente nós estaríamos discutindo hoje, aqui, uma nova lei, e não discutindo uma coisa que poderia ter sido começada a discutir e a resolver na década de 50.

Mas o Brasil é assim, foi assim e precisa mudar. O Brasil adquiriu o hábito cultural de ser governado para 30% da população. Não foram poucos os governantes que afirmaram que o Brasil teria que ser governado para quem tem poder de pressão, para quem tem poder de organização. Essa parcela de que estamos falando, lamentavelmente, durante décadas e décadas não teve esse poder de organização. Então, cabe, como coube a nós, ao Estado brasileiro, se autodefinir como gestor dos interesses da sociedade e não como gestor dos interesses dos governantes.

Nós já fizemos 38 conferências nacionais, cada conferência tirou uma decisão, e nós queremos consolidá-las, todas, em um marco regulatório que garanta ao Brasil, em qualquer época, qualquer que seja o governante, que ele tenha que submeter as suas políticas públicas àqueles que organizam essas políticas públicas na sociedade, em cidades que muitas vezes, nós, presidentes, nem sabemos que elas existem e nem conhecemos o nome. Mas lá tem os anônimos que o Patrus citou, lá tem pessoas que nós não sabemos quem são, como são, mas nós sabemos que tem porque colhemos os resultados. A essas pessoas é que nós precisamos aprender a prestar contas. A essas pessoas é que nós precisamos aprender a dizer que o Brasil será muito mais democrático e muito mais justo com os seus filhos quando a vontade das políticas públicas emanarem do conhecimento que a sociedade acumula há tantos e tantos anos neste País.

Por isso, a minha alegria com essa Lei; por isso, os meus agradecimentos ao Congresso Nacional; por isso, os meus agradecimentos a vocês, ao Consea e, por isso, o meu agradecimento a Deus por permitir que eu



pudesse viver até o dia de tornar a fome um problema a ser assumido definitivamente pelo Estado brasileiro. Certamente, nós iremos colher bons e grandes frutos com essa Lei que foi aprovada e sancionada.

Muito obrigado por tudo que vocês fizeram. E já vou dizer obrigado, antecipadamente, por tudo que eu sei que vocês vão continuar fazendo.

Boa sorte.



**Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
abertura do Debate Geral da 61ª Assembléia Geral das Nações Unidas**

Nova York, 19 de setembro de 2006

Senhora Presidente,

Senhoras e Senhores,

Ao falar pela primeira vez desta tribuna, em 2003, afirmei a necessidade de agirmos, com urgência, para combater o flagelo da fome e da pobreza no mundo.

É o que estamos fazendo no Brasil.

Aliamos crescimento e estabilidade econômica a políticas de inclusão social.

O nível de vida dos brasileiros melhorou.

Cresceram o emprego e a renda.

Aumentou o poder de compra do salário mínimo.

Nossos recursos são escassos; mesmo assim conseguimos resultados surpreendentes.

O programa Bolsa Família, o carro-chefe do Fome Zero, garante uma renda mínima a mais de 11 milhões de famílias brasileiras.

Com boa alimentação as pessoas recuperam sua dignidade, têm mais saúde e aprendem melhor.

Destinar recursos para a área social não é gasto.

É investimento.

Se fizemos tanto no Brasil, imaginem o que não poderia ser feito em escala global se o combate à fome e à pobreza fosse de fato uma prioridade da comunidade internacional.

Onde existe a fome não há esperança. Há desolação e dor.

A fome alimenta a violência e o fanatismo.

Um mundo de famintos nunca será um lugar seguro.



O gigantismo da tarefa não deve nos assustar, especialmente se não estamos sozinhos.

Todos aqui sabem que cerca de 840 milhões de seres humanos – quase um em cada sete habitantes do planeta – não têm o suficiente para comer.

São necessários 50 bilhões de dólares adicionais por ano para atingir as Metas de Desenvolvimento do Milênio no prazo estipulado.

A comunidade internacional pode fazer isso.

Pensem, por exemplo, nas centenas de bilhões de dólares que foram investidos para levar adiante a plena integração dos países do Leste à União Européia.

Pensem, também, nos custos das guerras e de outros conflitos.

Todos aqui também sabem que a segunda Guerra do Golfo custou várias centenas de bilhões de dólares.

Com muito menos poderíamos mudar a triste realidade de uma grande parcela da população mundial. Poderíamos aliviar o sofrimento dessas pessoas e retirá-las da indigência. Poderíamos salvar milhões de vidas. Que não se iludam os países ricos, por mais fortes que hoje sejam: ninguém está seguro num mundo de injustiças.

A guerra jamais trará a segurança. A guerra só gera monstros: o rancor, a intolerância, o fundamentalismo, a negação destrutiva das atuais hegemonias.

É preciso dar aos pobres razões para viver, não para matar ou morrer.

A grandeza dos povos não está no belicismo, mas no humanismo. E não há verdadeiro humanismo sem o respeito ao outro.

Ao que é, sim, diferente de nós, mas nem por isso menos digno, menos precioso, nem por isso com menor direito à felicidade, criaturas que somos do mesmo criador. Só haverá segurança no mundo se todos tiverem direito ao desenvolvimento econômico e social.

O caminho da paz é o desenvolvimento compartilhado.



Se não quisermos globalizar a guerra, é preciso globalizar a justiça. Por isso digo com a serena convicção de um homem que dedicou a sua vida a lutar pacificamente pelos direitos do povo trabalhador: a busca de uma nova ordem mundial, mais democrática e justa, não interessa apenas aos países pobres ou às nações emergentes.

Interessa tanto ou mais aos países ricos, se tiverem olhos para ver e ouvidos para ouvir, se não cometerem o desatino de ignorar o terrível clamor dos excluídos.

Senhora Presidente,

Avançamos nos últimos anos.

No Encontro de Líderes Mundiais, em 2004, demos impulso à Ação contra a Fome e a Pobreza.

Juntos conseguimos uma forte mobilização internacional em torno do tema.

Nosso esforço coletivo começou a dar frutos. Estamos colocando em prática mecanismos inovadores como a contribuição solidária sobre passagens aéreas internacionais.

A fome e a doença são irmãs gêmeas. Por isso nos engajamos, junto com outros Governos, na criação de uma Central Internacional de Compra de Medicamentos contra a AIDS, a tuberculose e a malária.

Essa iniciativa irá criar novas fontes de recursos e facilitar o acesso aos medicamentos a custos mais baixos. Não podemos fugir de nossas obrigações.

Saúdo os líderes de visão que estão engajados nessa guerra.

A guerra contra a degradação do ser humano e a falta de esperança.

A única guerra na qual a vitória final será de toda a humanidade.

Senhora Presidente,

A luta contra a fome e a pobreza passa também pela instauração de uma ordem mundial que coloque o desenvolvimento econômico e social em primeiro plano.



Soluções permanentes para a miséria só vão existir se os países mais pobres tiverem a oportunidade de progredir pelo seu próprio esforço.

Desde que livre e justo, o Comércio Internacional será um valioso instrumento para gerar riqueza, distribuir renda e criar empregos.

É essencial nos libertarmos das amarras do protecionismo.

Os subsídios dos países ricos, sobretudo na área agrícola, são pesados grilhões que imobilizam o progresso e relegam os países pobres ao atraso.

Não me canso de repetir que, enquanto o apoio distorcivo nos países desenvolvidos alcança a indecorosa soma de 1 bilhão de dólares por dia, 900 milhões de pessoas sobrevivem com menos de 1 dólar por dia nos países pobres e em desenvolvimento.

Essa é uma situação política e moralmente insustentável.

Pior do que a inação pela ignorância é a omissão pela conveniência.

A velha geografia do comércio internacional precisa ser reformada em profundidade.

O Brasil, juntamente com seus parceiros do G-20, está empenhado nessa tarefa.

A criação do G-20 na prática mudou os padrões de negociação na Organização Mundial de Comércio.

Até recentemente os países em desenvolvimento tinham participação marginal nas negociações mais importantes.

Eliminar as barreiras que travam o desenvolvimento dos países pobres é um dever ético para a comunidade internacional.

É também a melhor maneira de garantir prosperidade e segurança para todos.

Pela primeira vez na história do sistema GATT/OMC a palavra “Desenvolvimento” aparece no título de uma Rodada de negociações comerciais.

Mas a Agenda de Desenvolvimento de Doha, que decidirá o futuro do sistema mundial de comércio, está em crise.



Se bem-sucedidas, as negociações na OMC ajudarão a tirar milhões de pessoas da pobreza extrema.

Agricultores que não podem competir com os subsídios milionários finalmente terão oportunidades de prosperar.

Países pobres da África, que atualmente não exportam produtos agrícolas, poderão começar a fazê-lo.

Se a Rodada fracassar, as conseqüências serão sentidas muito além da esfera comercial.

A própria credibilidade do sistema da OMC ficará ameaçada, com repercussões negativas nos campos político e social.

Males como o crime organizado, o narcotráfico e o terrorismo encontrarão terreno fértil para proliferar.

Tenho conclamado os líderes mundiais a assumir a responsabilidade que lhes cabe.

A importância dada a este tema na última Cúpula do G-8 ainda não produziu resultado prático.

Esta geração tem uma oportunidade única de mostrar ao mundo que os interesses egoístas não prevalecerão sobre o bem comum.

A História não perdoará nossa omissão.

Senhora Presidente,

O comércio justo, assentado em sólidas bases consensuais, e uma OMC transparente, sensível às necessidades dos países em desenvolvimento, constituem um dos pilares da nova ordem mundial que defendemos.

Outro pilar, no campo da paz e da segurança internacionais, é constituído pelas Nações Unidas.

O Brasil é um firme defensor das organizações multilaterais como espaços de cooperação e diálogo.



Não há modo mais efetivo de aproximar os Estados, manter a paz, proteger os direitos humanos, promover o desenvolvimento sustentável e construir soluções negociadas para problemas comuns.

Conflitos como o do Oriente Médio vêm desafiando a autoridade das Nações Unidas.

A recente crise no Líbano expôs a Organização a uma perigosa erosão de credibilidade.

A eficácia das Nações Unidas tem sido seriamente questionada.

O Conselho de Segurança é acusado de morosidade, incapacitado de agir com a rapidez requerida.

A opinião pública mundial se mostra impaciente diante de dificuldades que custa a entender.

A morte de civis inocentes, incluindo mulheres e crianças, choca a nossa sensibilidade.

No Brasil, milhões de árabes e israelitas convivem de maneira harmônica e integrada.

O interesse do Brasil no Oriente Médio reflete, assim, uma realidade social objetiva e profunda do nosso país.

O tema do Oriente Médio sempre foi tratado com exclusividade – além dos diretamente envolvidos – pelas grandes potências.

Até hoje não chegaram a uma solução.

Cabe, então, perguntar: não seria o momento de convocar uma ampla Conferência, sob a égide das Nações Unidas, com a participação de países da região e outros que poderiam contribuir, pela capacidade e experiência em conviver pacificamente com as diferenças?

O Brasil acredita no diálogo.

Por isso realizamos a Cúpula América do Sul-Países Árabes em 2005.

Também mantemos boas relações com Israel, cujo nascimento como Estado ocorreu quando um brasileiro, Osvaldo Aranha, presidia a Assembléia Geral.



Conflitos entre nações não se resolvem apenas com dinheiro e armas.

Idéias, valores e sentimentos também têm seu lugar, sobretudo quando se fundam em experiências vividas.

Senhora Presidente,

Mais do que nunca, as Nações Unidas precisam ver sua autoridade reforçada.

Já tivemos avanços significativos com o processo de reforma administrativa e a criação do Conselho de Direitos Humanos e da Comissão de Construção da Paz.

Mas a obra ficará incompleta sem mudanças no Conselho de Segurança, órgão encarregado de zelar pelos temas da paz.

O Brasil, juntamente com os países do G-4, sustenta que a ampliação do Conselho de Segurança deve contemplar o ingresso de países em desenvolvimento no seu quadro permanente.

Isso tornaria o órgão mais democrático, legítimo e representativo.

A grande maioria dos Estados-membros também concorda com essa visão e reconhece a urgência da matéria.

Não podemos lidar com problemas novos usando estruturas anacrônicas.

Cedo ou tarde, Senhora Presidente, deveremos todos abrir caminho à democratização das instâncias decisórias internacionais.

Como disse o Secretário-Geral, nós andamos pelo mundo ensinando a democracia aos outros.

Chegou a hora de aplicá-la a nós mesmos e mostrar que existe representação efetiva nos foros políticos das Nações Unidas.

Senhora Presidente,

A América do Sul é uma prioridade da política externa brasileira.

Nossa região é a nossa casa.

Estamos expandindo o MERCOSUL e fortalecendo a Comunidade Sul-Americana de Nações.

O futuro do Brasil está vinculado ao de seus vizinhos.



Uma América do Sul forte e unida contribuirá para a integração da América Latina e do Caribe.

Sentimo-nos também ligados por laços históricos e culturais ao continente africano.

Por sermos a segunda maior população negra do mundo, estamos comprometidos a partilhar os desafios e os destinos da África.

Mas as questões regionais são parte da problemática global que enfrentamos. O combate à fome e à pobreza, a paralisia da Rodada Doha e o impasse no Oriente Médio são temas interligados. Seu bom encaminhamento exige confiança nas soluções negociadas.

Neste momento, essa confiança está abalada.

Isso é extremamente grave.

A ordem mundial que nos cabe construir deve basear-se em critérios de justiça e respeito ao direito internacional.

Só assim poderá haver paz, desenvolvimento e uma genuína convivência democrática na comunidade de nações.

Não nos faltam os recursos.

Falta determinação política para aplicá-los nas áreas que podem ter um incalculável efeito transformador.

Transformar o desespero em alegria e razão de viver.

Muito obrigado.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de entrega do Prêmio “Estadista do Ano 2006”

Nova Iorque, 19 de setembro de 2006

É com imenso prazer que participo da cerimônia que promove a Fundação Apelo à Consciência. Desejo estender um agradecimento particularmente caloroso ao rabino Arthur Schneier, cuja dedicação às causas dos direitos humanos, da liberdade e da tolerância todos admiramos. O rabino Schneier é uma inspiração para aqueles que lutam contra os múltiplos desafios que defrontam a comunidade internacional: a fome e a pobreza, a exclusão social, a degradação do meio ambiente e as mudanças climáticas, os conflitos internos, as violações de direitos humanos, e as armas de destruição em massa.

Sua biografia e realizações são um testamento vivo aos valores e princípios que o prêmio enaltece. São as mesmas qualidades que distinguem as eminentes personalidades que, hoje e no passado, foram agraciadas pela Fundação. São homens e mulheres que, cada um a seu modo, contribuíram e contribuem para um mundo mais justo e pacífico.

Essa mesma convicção inspirou minha militância sindical e minha atuação política. Desde o primeiro dia de meu governo, assumi o compromisso de mobilizar as vastas riquezas de meu País e o espírito generoso e empreendedor de sua gente para transformar a dura realidade social brasileira.

Consolidada nossa estabilidade macroeconômica e sedimentada nossa democracia, temos, hoje, motivos para renovar nossa confiança no futuro, num Brasil com mais igualdade e bem-estar, onde todos são cidadãos plenos.

Senhoras e senhores,

Num mundo globalizado, sabemos que nosso bem-estar e segurança são inseparáveis dos destinos da comunidade internacional como um todo.



Devemos responder às ameaças com firmeza, mas jamais com a repressão aos direitos e valores que queremos proteger. Não podemos deixar a cultura do terror criar raízes em meio à desesperança dos que se sentem abandonados. No combate à violência irracional, nossas melhores armas são a cultura do diálogo, a promoção do desenvolvimento e a integração solidária dos povos.

Foi o que nos ensinou a nossa História. Forjado por ondas de imigração das mais diversas partes do Planeta, o Brasil aproximou pessoas das mais diferentes origens, credos e confissões e transformou a variedade numa identidade comum.

Foi com o a mesma vocação para a paz, a tolerância e o respeito mútuo que meu País aprendeu a conviver com seus dez vizinhos. Hoje, estamos empenhados em organizar o espaço sul-americano em benefício dos interesses compartilhados por todos os atores regionais. Rechaçamos a violência, a diplomacia é sempre nossa opção. Regional e globalmente, buscamos articular soluções que sejam fruto de consenso, que gozem da legitimidade que só as instituições multilaterais podem garantir.

Por isso, nos empenhamos para tornar mais representativas as Nações Unidas. Por isso, atribuímos importância primordial ao êxito da Rodada de Doha. Queremos que o comércio internacional seja fonte de esperança e de prosperidade para todos. No entanto, nossa consciência também nos diz que essas transformações estruturais nas engrenagens econômicas e políticas internacionais são lentas e difíceis. E sabemos que quem tem fome não pode esperar.

Vejo, por isso, com grande entusiasmo, os primeiros resultados da Ação Internacional contra a Fome e a Pobreza, que um grupo de líderes mundiais lançou em 2004. Estamos estabelecendo mecanismos financeiros verdadeiramente inovadores, que fazem reacender a esperança no cumprimento das Metas do Milênio pelos países mais pobres. O crescente apoio que essa iniciativa vem recebendo é sinal eloqüente da força do apelo da



consciência individual, que não se deixa abater pelo ceticismo nem diluir pela indiferença.

Nossa tarefa coletiva está em canalizar essa generosidade e solidariedade em projetos e iniciativas economicamente eficazes e socialmente responsáveis. E é para vencermos esse desafio que quero convidar a todos os presentes.

Senhoras e senhores,

O prêmio “Estadista Mundial” que hoje me é concedido é uma conquista que não é só minha, é o reconhecimento daquilo que o conjunto da sociedade brasileira foi capaz de realizar. Portanto, quem hoje recebe a homenagem da Fundação Apelo de Consciência não é apenas o Presidente do Brasil, mas, sobretudo, os meus concidadãos brasileiros. Ao meu País e ao meu povo eu ofereço este prêmio.

Mais uma vez, muito obrigado a todos.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de lançamento da Central Internacional de Compra de Medicamentos

Nova Iorque, 19 de setembro de 2006

Caros Colegas,
Senhoras e Senhores,

Há dois anos, nesta sede das Nações Unidas, tivemos a iniciativa de lançar a “Ação contra a Fome e a Pobreza”. Reunimos mais de cinquenta líderes, de todas as partes do mundo, para chamar a atenção para um problema que precisava, urgentemente, ser colocado no topo da agenda mundial. Partíamos de uma constatação elementar: não é possível que tanta gente passe fome em um mundo que produz tanta riqueza.

Não é possível ter paz e prosperidade em um mundo onde milhões de pessoas continuam a viver em situação de pobreza extrema. A guerra que temos que travar é contra a fome, a pobreza e outras formas de exclusão, como a falta de acesso a medicamentos essenciais. Procuramos mobilizar a comunidade internacional para aumentar a quantidade de recursos disponíveis para essa guerra. Mais do que isso, buscamos identificar fontes de financiamento inovadoras, que pudessem gerar fundos estáveis e previsíveis para aqueles países que mais necessitam.

A Central de Medicamentos que lançamos hoje é resultado concreto desse esforço. Terá como objetivo comprar medicamentos em larga escala para combater as três doenças que mais afetam os países pobres: a AIDS, a malária e a tuberculose.

Todos nós sabemos que a saúde é condição indispensável para o desenvolvimento humano. Sem uma boa saúde, não encontramos meios de



melhorar de vida. Em muitos casos, a fome e a doença são os dois lados de uma mesma moeda. Dos seis milhões de indivíduos que precisam de tratamento contra a AIDS nos países em desenvolvimento, apenas um milhão tem acesso aos medicamentos.

A malária é uma doença que pode ser evitada, mas continua a matar uma criança a cada trinta segundos na África, e a tuberculose também tira a vida de quase dois milhões de pessoas a cada ano nos países pobres.

A Central de Medicamentos contribuirá para aliviar o sofrimento de milhões de pacientes. É uma iniciativa inovadora que fornece acesso direto a medicamentos essenciais aos países mais pobres, a preços reduzidos.

Não criaremos novas burocracias. Contaremos com o apoio de agências que já existem e que têm prestado enorme apoio à iniciativa. A Central constitui uma cooperação inédita entre países pobres e ricos e sua implementação transmite importante sinal político à comunidade internacional. Mostra que o combate à pobreza é uma questão urgente e que cada um pode fazer a sua parte.

A Central será baseada em fontes inovadoras de financiamento, com recursos disponíveis de modo contínuo, no longo prazo. E não poderia ser de outra forma. Temos que assegurar tratamento pelo período que for necessário. A maior parte dos fundos da Central virá de uma contribuição solidária sobre passagens aéreas.

Até o momento, 18 países já se dispuseram a implementá-la. Trata-se de uma pequena contribuição, que não fará diferença para as pessoas que fazem viagens internacionais, mas fará, sim, uma enorme diferença na vida das pessoas pobres sem acesso a medicamentos.

No Brasil, determinei a transferência de recursos orçamentários em valor equivalente ao que poderemos obter com a contribuição. A Central de Medicamentos é um passo importante no longo caminho que temos a trilhar e a vida de milhões de indivíduos depende de nossas ações.



Muito obrigado.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de assinatura do Decreto do Cão-Guia**

Palácio do Planalto, 21 de setembro de 2006

Meu querido companheiro Paulo Vannuchi, secretário especial dos Direitos Humanos,

Meu querido companheiro Márcio Fortes, ministro das Cidades,

Ministra do Superior Tribunal de Justiça, Fátima Nancy Andrigi, a quem eu tenho o prazer de anunciar como uma ministra ex-metalúrgica, o que não é pouca coisa,

Senhor Alexandre Baroni, presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, por meio de quem cumprimento os conselheiros do Conade,

Senhor Luiz Alberto Melchert de Carvalho e Silva, pioneiro usuário do cão-guia, em nome de quem saúdo todos os que contribuíram para a elaboração do decreto hoje firmado,

Senhor Elter Rosenfeld, representante de pessoas com deficiência visual, usuárias de cão-guia, por meio de quem cumprimento as demais pessoas com deficiência aqui presentes,

Meu querido companheiro Vital Severino Neto, presidente do Comitê Paraolímpico,

Meu querido amigo Clodoaldo Francisco da Silva, medalhista paraolímpico e, também, medalhista mundial,

Meus amigos,

Minhas amigas,

Meus senhores e minhas senhoras,

Jornalistas,



Paulinho, antes, uma curiosidade que eu acho que você não sabia. Você sabe que uma das coisas que nós fizemos, no nosso mandato, foi colocar o cão como animal doméstico. Por incrível que pareça, no Brasil, apesar de há séculos e séculos o cachorro ser considerado o melhor amigo do homem, ele não era considerado um animal doméstico.

Se eu contar para vocês, vocês não vão acreditar. Teve um presidente que tinha um amigo que era criador do cachorro, no Rio de Janeiro. Se o cachorro continuasse sendo animal doméstico, precisaria ter o atendimento sanitário, a fiscalização sanitária. Esse cidadão, para não ter que passar os animais pela vigilância sanitária, resolveu, então, pedir um favor: que o animal deixasse de ser doméstico, e o cachorro deixou de ser doméstico. Então nós, em 2003, voltamos ao *status* do cão “melhor amigo do homem e da mulher” e, agora, melhor amigo. É que política é feita dessas coisas também.

Meus amigos, minhas amigas,

Este decreto que assinei hoje representa mais um avanço do Brasil em duas missões fundamentais das sociedades democráticas: respeitar as diferenças entre seus cidadãos e cidadãs e garantir que todos possam exercer os seus direitos básicos.

Ao regulamentarmos a lei sobre o cão-guia, estamos possibilitando a uma importante parcela de nossa população com deficiência visual circular livremente por nossos estabelecimentos comerciais e públicos com o auxílio de cães treinados. Estamos, enfim, possibilitando o exercício do fundamental direito de ir e de vir sem constrangimentos ou restrições.

Ao mesmo tempo, contribuímos para que toda a sociedade se conscientize e respeite as demandas daqueles que, pela privação de um sentido ou pela dificuldade em se locomover, precisam que o espaço público esteja adaptado a eles.

Digo isto porque a mesma consciência decorrente da obrigatoriedade do acesso dos cães-guia é aquela que aponta para a necessidade de



disponibilizar informações em Braille, de prover rampas de acesso a quem usa cadeira de rodas e de tantas outras adaptações que, embora pareçam pequenas ou irrelevantes para a maioria de nossa população, significam a remoção de imensos transtornos para quem tem algum tipo de deficiência.

O que não pode continuar acontecendo é justamente o que ocorria com o cão-guia no Brasil até agora. Embora seja de importância fundamental para as pessoas com deficiência visual, ele é muito pouco usado em nosso País. Isso ocorre justamente porque seu acesso era proibido em boa parte dos locais freqüentados pelas pessoas com deficiência.

Minhas amigas e meus amigos,

A regulamentação desta lei deve muito à mobilização das mais de 3 mil entidades que, em todo o Brasil, lutam pelos seus direitos. Estas organizações representam um tesouro de valor inestimável para a garantia dos direitos dos cidadãos em nosso País. Por meio do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, o Conade, vinculado à Secretaria Especial de Direitos Humanos, elas vêm sendo nossas grandes parceiras quando se trata de elaborar, acompanhar e executar as políticas públicas sobre o tema.

Nosso diálogo e nossa parceria vêm sendo cada vez mais intensos a partir de 2003. E tenho a certeza de que este é um dos motivos pelos quais estamos conseguindo transformar em realidade algumas das mais antigas reivindicações das pessoas com deficiência. É o caso do Decreto da Acessibilidade, que assinei em 2004. Entre outros pontos, ele obriga estabelecimentos públicos e privados a terem uma arquitetura adequada ao acesso de pessoas com deficiência e o atendimento prioritário em caso de filas.

Outra importante demanda dos movimentos sociais é a inclusão das crianças e dos jovens com deficiência no sistema educacional. Nesse sentido, futuros professores já estão aprendendo a Língua Brasileira dos Sinais no curso de Magistério. E a distribuição de livros em Braille para as escolas públicas foi universalizada. Por meio de parcerias com secretarias municipais e



estaduais de Educação, estamos removendo barreiras físicas em escolas e adaptando salas de aula e laboratórios para que todos, repito, todos os alunos possam usufruir igualmente da educação. Nosso grande objetivo, afinal, é que as pessoas com qualquer tipo de deficiência deixem de ser condenadas ao isolamento. Queremos que elas tenham as mesmas oportunidades e possam utilizar os mesmos espaços e serviços destinados ao restante da população.

É por isso que determinamos, por meio do Ministério da Educação, que as crianças e adolescentes com deficiência frequentem as mesmas salas de aula que os demais alunos. Estamos, assim, dando às novas gerações importantes aulas de solidariedade e de respeito às diferenças. Diversos Ministérios e órgãos do governo federal desempenham ações no mesmo sentido. Seja em medidas específicas de proteção à saúde, seja no apoio cada vez maior ao esporte paraolímpico, o objetivo final é valorizar a diversidade e a pessoa com deficiência.

Quero, portanto, agradecer a todos vocês que estão participando desta solenidade, em especial às pessoas com deficiência visual ou de outro tipo, que tanto lutaram para ter seus direitos reconhecidos pela sociedade. Vocês são, para todos os brasileiros e brasileiras, grandes exemplos de persistência e de determinação acima de qualquer dificuldade. Suas histórias de vida nos ensinam a confiar em nós mesmos, a elevarmos nossa auto-estima e, sobretudo, nos encorajam a continuar avançando na construção de um Brasil cada vez mais justo e de enfrentar todos os desafios, mesmo os que pareçam intransponíveis.

Eu quero, meu querido companheiro Paulinho, dizer para você da alegria de poder assinar este decreto hoje. Muitas vezes as pessoas se queixam porque as coisas não acontecem mais rápido. Eu, às vezes, fico pensando que, se as coisas acontecessem com muita rapidez, sem o acompanhamento do crescimento da consciência política da sociedade, você poderia fazer no Brasil um conjunto de leis que, depois, o próprio povo diria “essa lei não pegou”,



porque o Brasil é o único país do mundo que tem lei que pega e lei que não pega.

Ora, quando nós fazemos uma lei e fazemos um decreto, acompanhado do trabalho que vocês fizeram antes, da preparação que vocês fizeram na sociedade, significa que essa lei começa a vigorar regulamentada de forma adequada e, certamente, a sociedade brasileira estará muito mais preparada para entender que o Brasil está ficando um país mais humanista, mais generoso, mais justo. E vocês passam a entender que têm direitos e, portanto, vocês podem e devem exigí-los a cada dia, a cada hora, porque somente assim nós iremos consagrar uma sociedade onde os direitos humanos sejam exercidos na sua plenitude.

Portanto, eu quero agradecer a cada um de vocês que vieram aqui com muito sacrifício, mesmo o Clodoaldo, que não trouxe as medalhas dele para a gente ver hoje. Quero agradecer do fundo do coração, porque se não fosse a persistência de vocês, se não fosse a vontade e a ousadia de vocês, certamente nós nem teríamos a lei e nem teríamos o decreto e vocês passariam a ser tratados, ainda, como cidadãos de segunda classe ou de terceira classe.

Eu dizia ao Paulinho agora há pouco: uma vez fui à Alemanha, há muito tempo, entrei em um restaurante na cidade de Munique. Lá vi um monte de caçadores chegar com os seus cachorros e, com a maior normalidade, entrar no restaurante e amarrar o cachorro no pé da mesa. O cachorrinho deitava embaixo da mesa, ao lado do dono, que almoçava, pagava a sua conta e ia embora. Um cidadão normal, que não tinha nenhuma deficiência que pudesse fazê-lo agir diferente. Ora, se a Alemanha chegou a entender que era possível, por que, no Brasil, nós não temos que entender?

O Paulinho me dizia uma coisa que é uma verdade absoluta: às vezes, no Brasil, essas coisas vão dar certo na medida em que a gente começar a discutir isso na escola, despertar na criança, desde a pré-escola, esse sentido



de solidariedade, de humanismo, de as pessoas serem generosas. Eu digo que é sempre mais fácil a gente ser bom, é sempre mais fácil a gente ser generoso. Se a gente acordasse todos os dias... ninguém precisa acordar pensando em fazer uma boa ação. A nossa boa ação tem que ser obrigação cotidiana. O Paulinho me dizia: às vezes as pessoas estão na fila, tem uma pessoa idosa que está com dificuldade de andar, tem gente que fala “bom, vamos passar na frente ou vamos empurrar”, quando era tão mais simples pegar essa pessoa e ajudá-la a chegar onde ela tem que chegar. Você estaria bem com você mesmo.

Então, eu acho que este decreto, Paulinho, é um pouco isso, ou seja, este decreto é a síntese da evolução política deste País, é a síntese da evolução humanista do nosso País. Aos poucos, nós vamos gostando um pouco de tudo, continuamos a ser um País irreverente, que gosta de muitas coisas, mas, ao mesmo tempo, nós vamos nos tornando um país cada vez mais responsável, cada vez mais generoso e cada vez mais solidário.

Por isso, muito obrigado, de coração, a todos vocês e que Deus permita que vocês obtenham tantas conquistas quantas forem necessárias para que a gente atinja a cidadania plena neste País.

Obrigado.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
audiência com personalidades do mundo do livro**

Brasília - DF, 21 de setembro de 2006

Eu poderia deixar você falar, Paim, mas o microfone é alto e você não vai alcançar aqui.

Meus queridos companheiros Tarso Genro, Luiz Dulci e Henrique Paim,
Meu caro Daniel Raúl Gonzalez, diretor do escritório regional da Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, Ciência e Cultura,

Meu caro Oswaldo Siciliano, presidente da Câmara Brasileira do Livro,
Meu caro Daniel Munduruku,

Meus amigos e amigas escritores, editores e representantes do setor livreiro,

É com grande satisfação que recebo, outra vez, uma delegação expressiva de representantes do mundo do livro. Temos sido parceiros no esforço de dar ao livro e à cultura, de um modo geral, a justa participação no processo de emancipação social e humana do nosso País.

Sabemos que o desenvolvimento só existe quando há soberania e que a soberania demanda uma cultura ativa, capaz de libertar as energias e a criatividade que torna o povo protagonista da própria história. Isso se faz com incentivo à reflexão e à capacidade de discernimento que a leitura e a arte agregam à formação da consciência crítica de uma nação.

O livro e a leitura devem se transformar, de fato, em pólos disseminadores de humanismo para o desenvolvimento e o aperfeiçoamento da sociedade.

Hoje, mais do que nunca, talvez seja este o desafio primordial da



civilização, pois os direitos trabalhistas e os direitos políticos civilizaram o século XX. Caberá à democracia e à cultura preencher o vazio do humanismo da globalização.

Foi a compreensão da importância do livro neste processo que nos levou a sancionar a Lei do Livro, de autoria do ex-presidente, hoje senador José Sarney, em outubro de 2003.

O mesmo compromisso nos levou a determinar medidas de desoneração fiscal para o setor, a partir de dezembro de 2004. Trata-se de uma reivindicação justa, antiga e, sobretudo, indispensável para que a população tenha mais acesso às publicações.

Quero lembrar também que, em nosso governo, assistimos a uma união de esforços crescente entre o Ministério da Educação e da Cultura. Juntos eles alcançaram um elenco de ações e projetos destinados a fomentar o livro, a biblioteca e a leitura no nosso País.

Desse mutirão nasceu a Câmara Interministerial de Educação e Cultura. Nasceu também a Câmara Setorial do Livro e da Leitura, que vai acelerar ações estratégicas em toda a cadeia da indústria editorial. Inclui-se aí, desde o apoio à produção e distribuição de livros, até a abertura de novas bibliotecas.

O Brasil conseguirá levar esse indispensável equipamento a todos os seus municípios. E o que fizemos nos últimos três anos mostra que a tarefa pode ser concretizada. Em janeiro de 2003, de 1.300 municípios brasileiros que não dispunham de bibliotecas, conseguimos, com muito empenho, reduzir esse déficit à metade, Paim. Poderia ter reduzido mais.

Meus amigos e minhas amigas,

Todos sabemos que a democratização do acesso ao livro e à leitura requer consistentes programas estatais. Para vencermos esse grande desafio, porém, é necessário mais, precisamos da parceria entre o setor público e a iniciativa privada, de um verdadeiro pacto pelo futuro do livro.

É no Plano Nacional do Livro e da Leitura, publicado em março deste



ano, após uma produtiva interlocução entre o governo e os mais diversos setores da sociedade, que este compromisso está expresso.

O ponto de partida do Plano é acelerar a democratização do acesso ao livro, fomentando a leitura e fortalecendo o parque livreiro do Brasil. Até 2008, a nossa previsão é de elevar em 50% o índice nacional de leitura, hoje inferior, como disse o nosso Munduruku, inferior a dois livros per capita ao ano. Até 2010, o objetivo é dobrar o número de leitores em todo o nosso País. Temos pavimentado esse caminho com iniciativas em diversas frentes.

Aperfeiçoamos vários programas do Ministério da Educação, de modo a qualificar gestores e dar maior transparência ao critério de aquisição de livros pelo Estado. Responsável por 38% da demanda nacional, o governo brasileiro é o maior comprador de livros do mundo. Vai entrar no *guinness book* logo, logo.

Já para estimular a leitura de crianças e adolescentes, mais de 1.500 ações foram deflagradas nos últimos anos, em um esforço conjunto do Estado, dos movimentos sociais e da sociedade em geral. Quero lembrar, ainda, que tornamos obrigatório o ensino de Filosofia e Sociologia no ensino médio em todo o País. Trata-se de uma medida republicana para incentivar a formação plena de cidadãos e cidadãs, para que tenham autonomia para pensar, fome de ler e discernimento para julgar o que se imprime numa folha de papel.

Melhorar a escola pública e a qualidade da educação é, afinal, uma das alavancas para vencer a batalha a favor do livro, da leitura e da educação, que assegura, de fato, um ponto de partida igual para todos. É por este motivo que estamos dedicando o nosso maior empenho para a breve aprovação do Fundeb pelo Congresso Nacional.

Hoje o Brasil destina 4,2% do PIB ao ensino. Com o Fundeb poderíamos saltar rapidamente para 4,5% do PIB, agregando mais 4 bilhões e meio de reais ao orçamento da Educação. A entrada em vigor do Fundeb, após sua aprovação, representará um enorme salto de qualidade em nosso ensino e uma oportunidade ímpar para a popularização do livro e da leitura.



Meus companheiros e minhas companheiras,

Eu acredito que talvez não tenhamos feito tudo que nós gostaríamos de fazer. Há, certamente, quem sabe a desoneração não foi ainda aquilo que poderia baratear ainda mais os livros. A obrigação de vocês é produzir cada vez mais e melhores livros, torná-los mais baratos e, para que isso aconteça, o governo precisa dar a sua contribuição. A contribuição do governo é tentar criar as condições para que vocês possam, efetivamente, pagar apenas aquilo que é extremamente necessário, mas que a maioria dos impostos, se nós quisermos incentivar uma política de leitura verdadeira no Brasil, nós sabemos que uma das condições é baratear o livro no Brasil.

Esses dias tive a oportunidade de fazer uma viagem e, no avião, eu tinha ganho uma coleção de filmes de uma revista, e tinha um filme de uma indiazinha que eu não lembro o nome, não sei se era Iná... Tainá. E eu fiquei pensando: quem tem criança em casa, e vê a gente ligar a televisão de manhã, de tarde ou de noite para uma criança, o que tem de coisas de aço brigando com coisas de aço, monstros de pedra brigando com monstros de pedra, e quanto pior, mais a molecada gosta.

Eu fico imaginando se não é da nossa responsabilidade, de vocês e do governo, envolvendo o Ministério da Educação e da Cultura, a gente fazer com que esse material chegue às nossas crianças. Porque a leitura, no fundo, no fundo, como qualquer outra coisa que a gente faz na vida, as pessoas têm que aprender a gostar desde pequeno. Eu vejo, por exemplo, na época do Natal, na época de Ano Novo, época do Dia dos Pais, Dia das Crianças, Dia das Mães, Dia dos Avós, Carnaval, eu vejo propaganda de tudo, mas a gente não vê uma propaganda massiva para se dar um livro de presente. A gente presenteia todos com qualquer coisa, só na área mais ou menos intelectual é que, de vez em quando, ocorre um livro de presente. Por exemplo, o Márcio de Souza nunca me mandou nenhum. Quando eu, há muito tempo atrás, quis ler “Galvez, o Imperador do Acre”, eu tive que comprar. E ele era militante do partido e não



me deu na época. Vocês vejam como ele era pão-duro.

Então, eu acho que nós precisamos discutir essa Câmara Setorial do Livro, porque o que nós fizemos nós já sabemos, temos séculos pela frente do que nós já aprendemos e fizemos, é tentar pensar qual a novidade que nós poderemos fazer para o século XXI. Nós estamos começando um século, nós podemos mudar tudo que nós quisermos, nós podemos reinventar um monte de coisas. Não vamos reinventar a roda, mas vamos aprimorá-la pelo menos.

Eu acho que é preciso, definitivamente, a gente disseminar a leitura no meio das nossas crianças e dos nossos adolescentes. É preciso. E nós sabemos que uma das dificuldades é o preço, e sabemos que a outra dificuldade é, às vezes, a falta de hábito da leitura, que é preciso criar as condições de, juntos, encontrarmos um mecanismo de como fazer com que essas coisas cheguem à mão de quem nós queremos atender.

O governo, na verdade, é um grande comprador de livros. E cada vez vai ter que comprar mais, e cada vez vai ter que distribuir mais, porque é da nossa responsabilidade não permitir que uma criança, por não ter poder aquisitivo, não possa ler os livros necessários ao seu aprendizado.

Neste mandato eu tive duas lições importantes com as crianças deste País. Uma delas foi a questão das Olimpíadas da Matemática, ou seja, nós tínhamos as Olimpíadas da Matemática nas escolas privadas, em algumas por volta de 270 mil crianças participavam. Era até surpreendente, porque em escolas do Ceará, do Piauí, as crianças tinham notas melhores do que crianças do Sul e do Sudeste, crianças que ganharam prêmio internacional.

Eu me lembro que aqui, nesta sala, nós recebemos cinco crianças que tinham ganho prêmio nos concursos internacionais. E aí nós resolvemos fazer a Olimpíada da Matemática na escola pública. Como no Brasil sempre tem um grupo de pessoas que acha que as coisas não vão dar certo e que não podem dar certo ou que não acreditam nas coisas, ou seja, eu o Tarso – o Tarso era o ministro na época, o Fernando Haddad era o secretário-executivo do Tarso –



nós ouvimos muita gente dizer para nós: “em escola pública? As crianças não vão se interessar, isso não vai dar certo.” Sabe, aquele negócio que dá vontade de você desistir. Mas nós teimamos e fizemos o Instituto Brasileiro de Matemática. O que aconteceu? Aconteceu uma coisa surpreendente: 11 milhões de crianças se inscreveram. E dos 11 milhões de crianças que se inscreveram, 10 milhões e meio participaram das Olimpíadas. Desses 10 milhões e meio de crianças, nós detectamos a possibilidade de 30 mil gênios. Bem, aí resolvemos fazer outra vez e, este ano, por conta do processo eleitoral, ano eleitoral, a Justiça Eleitoral não permitiu que nós fizéssemos nenhuma divulgação, nem os cartazes para colocar na escola, para motivar as crianças, nós não pudemos fazer.

O que aconteceu, de fato? Catorze milhões de crianças se inscreveram, em mais de 90% das escolas brasileiras e dos municípios brasileiros, ou seja, 3 milhões a mais do que no ano passado, sem propaganda. E essa idéia, nós agora fizemos a primeira fase, esses dias eu estava até fazendo um ato público aqui numa cidade e um menininho subiu no palanque e falou: “Lula” – porque uma coisa que eu gosto é que as pessoas me chamem de Lula, não há uma distância para me tratar de presidente – “eu passei na primeira fase das Olimpíadas da Matemática”. O que isso nos faz enxergar? É que as pessoas são tocadas a motivações. Nós temos que encontrar uma forma de motivar as pessoas a acreditarem que podem fazer um pouco mais do que habitualmente fazem, porque também nós poderemos correr o risco de nos habituarmos à mesmice de levantar todo dia, fazer as mesmas coisas e, no fim da noite, chegar com os mesmos resultados, sem tentar reinventar um pouco. Eu acho que nós poderíamos, nesse momento em que vocês entregam um plano sobre a questão da leitura no Brasil, sobre a questão do livro, sobre a questão das nossas editoras, eu acho que estava na hora de a gente trabalhar um pouco mais e forçar um pouco mais a nossa criatividade para ver, concretamente, o que nós poderemos fazer.



Eu acho que poderia ter uma olimpíada, alguma coisa. eu estava pensando em fazer uma Olimpíada do Português, que é uma coisa que me fascina. É importante as pessoas fazerem, eu acho que é possível criar, porque essas coisas, parece que custa muito mas termina não custando, é apenas a decisão de fazer, e vai custar alguns milhões que terminam não sendo caro devido o resultado.

Eu vou terminar dizendo uma coisa para vocês. O que me fascina... eu sempre tive vontade de ser economista, nunca pude estudar economia, mas eu não sei se era a Brasiliense, que publicava uns livrinhos pequenos de bolso, "Primeiros Passos", e eu me lembro que ali tinha uma coleção enorme de economistas que escreviam. Eu me lembro de um que hoje está comigo aqui, que é o Paul Singer, e como era fácil. Na época eu era dirigente sindical, como era fácil a gente aprender economia, porque a gente vê muitas vezes eles falarem na televisão e a gente não entende. Mas a gente ia lendo os livros e ia entendendo, depois quando a gente os ouvia falar na televisão, a gente ia compreendendo.

Eu não sei se vocês perceberam que, de uns 20 anos para cá, você tem uma liderança de políticos que, bem ou mal, discutem economia, sendo que a nossa chamada classe política anterior não gostava do debate econômico. Você ouvia eles dizerem que economia não é da nossa responsabilidade, isso não é coisa nossa, isso é coisa de economista. Hoje, eu duvido que alguém, seja em alguma coisa de debate ou seja candidato a alguma coisa, se a pessoa não tiver um mínimo de noção de economia. E a minha foi naquele livrinho, que não incomodava, você colocava dentro do bolso e levava. Eu ia para o Senai, eu ia para o sindicato, então, eu acho que a gente precisa voltar a imaginar coisas que sejam mais criativas.

Uma é o preço, uma é a desoneração, outra é a produção, mas tem uma coisa que nós precisamos inventar juntos, que é a motivação. O governo tem a sua responsabilidade, vocês têm a de vocês. Como é que nós juntamos essas



duas vontades criando um único corpo para fazermos uma única política, onde todos ganhem, mas o grande ganhador sejam os livros, a leitura e o povo brasileiro.

Muito obrigado e parabéns a vocês.



**Palavras do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
audiência com representantes da comunidade judaica**

Palácio do Planalto, 21 de setembro de 2006

Primeiro, dizer para vocês da alegria imensa de receber vocês aqui, no Palácio do Planalto. Acho que, nesse instante em que vocês comemoram o ano judaico 5767, é para mim uma alegria e motivo de orgulho, cada vez que eu viajo para um país do mundo ou cada vez que eu posso fazer um pronunciamento nas Nações Unidas, poder dar como exemplo o que significa a convivência tranqüila do povo judeu aqui, no Brasil, o que significa a prosperidade, o que significa a ajuda que o povo judeu deu para que o Brasil possa ser o que é hoje. Eu, quando vou aos Estados Unidos, até brinco que, graças a judeus que moravam em Pernambuco, Nova Iorque foi criada.

Então, quero dizer para vocês que é uma alegria imensa. Com muitos de vocês, eu tenho uma relação de amizade, não muito antiga porque somos todos novos, mas uma amizade já muito consolidada. Acho que vocês perceberam que, no nosso governo, a comunidade judaica é tratada com o carinho e o respeito que um governo tem que tratar, sobretudo levando em conta o que vocês representam para nós, brasileiros, o que vocês representam de convivência harmônica aqui, com outros povos.

Então, eu queria dizer para vocês uma palavra, que é “Shaná Tová”.

Shaná Tová.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na visita ao local onde serão realizadas as obras de ampliação da UTE Presidente Médici (Fase C)

Candiota-RS, 25 de setembro de 2006

Bem, meus queridos amigos e amigas do Rio Grande do Sul, eu quero começar cumprimentando a nossa ministra Dilma Rousseff,

Quero cumprimentar o embaixador Chen Duqing, embaixador da China no Brasil,

O meu companheiro Silas Rondeau, ministro de Minas e Energia,

O meu companheiro Sérgio Rezende, ministro da Ciência e Tecnologia,

Meu companheiro Tarso Genro, ministro-chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência,

A nossa querida Nilcéa Freire, secretária especial de Políticas para Mulheres,

O nosso companheiro Sereno Chaise, presidente da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica, da qual estou com o chapeuzinho aqui, na cabeça,

Meu caro Marcelo Gregório, prefeito de Candiota,

Meu caro Mainardi, prefeito de Bagé,

Senhora Conselheira do Grupo Citic,

Caros trabalhadores da Usina Termelétrica Presidente Médici,

Crianças, mulheres, homens, mineiros,

Companheiros e companheiras,

Primeiro os meus agradecimentos. Eu queria que o Embaixador da China pudesse comunicar ao Presidente Hu Jintao da alegria de podermos estar aqui, hoje, concretizando esta Usina.



Nós estabelecemos, há algum tempo atrás, que iríamos fazer uma relação estratégica com a China. Decidimos que iríamos fazer uma relação estratégica com a Índia, e decidimos que íamos fazer uma relação estratégica com a África do Sul. Três grandes países com similaridades com o Brasil, e nós não tínhamos ainda experimentado estudar profundamente os nichos de oportunidades que um país poderia oferecer para o outro.

O Brasil é um país que está com a sua economia arrumada, portanto, em condições de ter um crescimento virtuoso nos próximos anos. A China está tendo um crescimento, nesses últimos 15 anos, que é extraordinário. A China tem uma população de 1 bilhão e 300 milhões de habitantes. Haja espaço para crescimento, na China. A Índia é um país de 900 milhões a 1 bilhão de habitantes, que também tem muita similaridade com o Brasil e a África do Sul.

E este projeto aqui, de Candiota, é, na verdade, a consagração, porque nós viemos aqui, numa pedra fundamental, mas o contrato já está pronto, o leilão já foi feito e, portanto, isso já é sagrado, independe de quem seja o governo no Brasil daqui para frente.

Se as eleições, amanhã, dão o Sereno para Presidente, isso aqui vai ser feito do mesmo jeito. Não tem nenhum problema, porque o contrato está feito, o leilão já foi feito, ou seja, a obra vai ser feita, o dinheiro está disponibilizado, portanto, isso vai acontecer, isso não é mais promessa, isso já é a consagração dessa parceria estratégica com a China. Também estamos fazendo parceria estratégica para os gasodutos que queremos fazer, interligando todo o Brasil; que também pode ser para as nossas hidrelétricas, para o etanol, para o H-Bio, para o biodiesel e para todo e qualquer biocombustível que viermos a fazer no Brasil.

Então, eu queria que a nossa representante da Citic pudesse dizer ao governo Chinês dos meus agradecimentos pela consagração do primeiro grande contrato feito entre China e Brasil.

Segundo, falar um pouco do Rio Grande do Sul. Eu visito o Rio Grande



do Sul desde 1975 e desde a primeira visita que fiz, a convite do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre – na época o presidente era o Olívio Dutra –, eu notei que o Rio Grande do Sul tinha alguma coisa diferente, tinha alguma coisa, não diferente, alguma coisa a mais, e eu fui alertado quando saí de São Paulo, porque me disseram: “Lula, você vai visitar um estado e uma cidade que são diferentes do que a gente está acostumado a ver no Brasil”. E, realmente, eu voltei para São Paulo convencido de que tinha visitado uma cidade politicamente mais evoluída, uma cidade politicamente mais moderna, uma cidade onde descobri depois que o povo tinha comido antes que a média do povo brasileiro e tinha estudado antes que a média do povo brasileiro. Portanto, eu descobri que o Rio Grande do Sul era um estado que estava pronto para dar os outros passos.

Quando o meu ministro Silas Rondon, quando o Sereno e o Prefeito vêm aqui e dizem que esta obra está sendo sonhada desde 1983, eu fico imaginando que já faz 23 anos. Quantos presidentes da República passaram, quantos governadores passaram e por que isso não foi feito há 20 anos pelo menos? A única explicação que eu tenho é que, muitas vezes, as pessoas têm muita facilidade para falar e pouca facilidade para projetar, e o que sai do investimento é o projeto. Para um bom projeto, a gente arruma dinheiro onde tiver dinheiro. A gente não arruma dinheiro com discurso, porque os ventos levam as palavras com a mesma facilidade que espalham as palavras para as pessoas ouvirem. E a minha preocupação com o Rio Grande do Sul é, eu diria, a maior entre todos os estados brasileiros, porque o que nós estamos percebendo no Brasil é que o Nordeste brasileiro está tendo um crescimento e uma distribuição de renda no padrão chinês. Outros estados estão crescendo menos, mas em alguns momentos o Rio Grande do Sul decresceu, a economia do Rio Grande do Sul decresceu, e isso começou a me preocupar. Se a gente consegue fazer os estados mais pobres crescerem mais, nós não temos o direito de permitir que um estado, que já estava pronto, amadurecido, possa



regredir. Não é possível que a gente não tome atitudes.

Com base nisso, comecei a conversar com o Tarso Genro, com a Dilma Rousseff, com empresários importantes do Rio Grande do Sul, para tentar encontrar uma saída, sobretudo para esta metade sul do Rio Grande do Sul, que parece que há algum tempo anda abandonada, parece que há algum tempo anda esquecida por aqueles que, muitas vezes, têm todas as soluções do mundo, da boca para fora, e nenhuma solução concreta para solucionar os problemas de uma região que já foi muito rica e já foi motivo de orgulho para o estado do Rio Grande do Sul.

Pois bem, se vocês imaginarem, nesse pouco tempo, algumas coisas importantes foram pensadas para o Rio Grande do Sul, mas algumas delas especialmente para esta região. A Universidade dos Pampas, quando estiver pronta, vai ser uma universidade para 25 mil alunos. Não será pouca coisa nesta parte do estado do Rio Grande do Sul, espalhada pelos seus 10 campi em quase todas as cidades desta região. O dique seco, que nós fizemos em Rio Grande, e que já tive a felicidade de visitar, e a construção da P-53, com um investimento de quase 860 milhões de dólares, me parece que é a possibilidade que a gente tem de recuperar aquela região do estado, que também é uma região muito promissora e que não poderia estar abandonada em um País que contratava plataforma na Noruega ao invés de utilizar a competência dos nossos operários e dos nossos engenheiros para fazê-las aqui, dentro do Brasil.

Já vim a Osório inaugurar a produção de energia eólica, já investimos mais de 1 bilhão de dólares para reconstruir, melhor, readaptar a Refap, e agora ela foi tratada com carinho, para que possa produzir o H-Bio. O H-Bio, eu volto a repetir, é uma das paixões que eu tenho na minha vida, porque vai resolver, não o problema do combustível renovável, mas vai resolver o problema da soja no nosso País, ou seja, é pegar o óleo vegetal puro e misturar no próprio óleo diesel, refinar na refinaria para sair um óleo diesel de



melhor qualidade, sem enxofre. As pessoas vão poder viver e ganhar muito mais qualidade de vida.

Esses projetos todos têm como objetivo recuperar o estado do Rio Grande do Sul, não permitir que haja retrocesso no estado do Rio Grande do Sul, porque este estado está pronto, este estado é símbolo de um povo que aprendeu a ler e a escrever, que aprendeu a produzir antes que uma parte do Brasil. Então, nós não temos o direito de permitir que haja retrocesso no estado do Rio Grande do Sul, e é por isso que nós estamos trabalhando para fazer fortes investimentos no estado, para que a gente não deixe a peteca cair. Não é possível a gente estar se comprometendo a ficar dependente de energia de outros países, se a gente tem aqui uma mina extraordinária de carvão, gente com vontade de trabalhar, gente que conhece. E a gente, ao invés de estar produzindo a nossa energia, esteja tentando ficar dependente de outros países. Nós vamos fazer todo o esforço possível para que o Brasil seja, definitivamente, auto-suficiente na produção energética, e que a gente possa até comprar de outro país, quando o preço for interessante, conveniente ao Brasil, mas não por dependência ou por incapacidade nossa de produzir.

Eu queria dizer a vocês do Rio Grande do Sul, ainda, sobretudo aos prefeitos da região, ao nosso Sereno, que nós vamos continuar fazendo os investimentos. Ou seja, se nós estamos fazendo agora a parte três, nós poderemos muito bem fazer a parte quatro, fazer a parte cinco e fazer tudo o que for possível para que a gente utilize o potencial de carvão desta região, que a gente cuide do meio ambiente e não permita que a construção de uma termelétrica a carvão possa servir para amanhã sermos achincalhados pelo mundo como os poluidores do Planeta. A informação que eu tenho é que nem fumaça sairá desta nova que nós vamos construir. Então, eu acho, meus amigos e minhas amigas, que esta é mais uma demonstração.

Eu queria dizer aos trabalhadores e às trabalhadoras de Candiota e ao povo desta região que, se depender da vontade das pessoas que trabalham



comigo, sobretudo os gaúchos que estão no governo, vocês podem ficar certos que o Rio Grande do Sul não irá retroceder. Eu acho que o Rio Grande do Sul viveu momentos difíceis, tivemos duas crises na agricultura, tivemos a questão dos calçados, tivemos a questão dos móveis, mas nada que faça a gente parar, ficar chorando e achar que o mundo acabou. Ou seja, na medida em que acontecem as crises é que nós precisamos de mais criatividade, de mais inteligência, de menos choradeira e de mais vontade de trabalhar, para que a gente possa permitir, não apenas que não haja retrocesso, mas que o Rio Grande do Sul recupere a posição de vanguarda que ele já teve na economia brasileira.

No mais, quero agradecer a vocês – eu não sei se é porque eu venho de São Paulo, eu devo estar com mais frio do que vocês estão aqui, eu não sei como é que essa menina está tão animada, porque eu estou sentido frio – quero dizer a vocês, companheiros aqui de Candiota, que isso é um começo excepcional. Essa parceria com a China não é um experimento, é uma parceria definitiva que vai dar frutos para os chineses e para os brasileiros.

Muito obrigado a todos vocês e boa sorte!



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de assinatura do Decreto de Titulação de Terras Quilombolas**

Brasília - DF, 27 de setembro de 2006

Primeiro, quero cumprimentar os meus companheiros de governo e os companheiros que representam as entidades que lutam para que consigamos fazer justiça e os reparos necessários aos afrodescendentes brasileiros.

Quero dizer para vocês que eu não tinha interesse de falar, porque o nosso ministro interino do MDA e a Matilde já tinham falado o que era necessário falar.

Quando nós decidimos, logo no início do governo, criar a Secretaria, muita gente logo se arvora no direito de dizer que nós estávamos criando mais Ministérios e que, portanto, seria uma coisa descabida para o Brasil, possivelmente porque as pessoas que dizem isso não têm o convívio com as organizações da sociedade civil brasileira e não sabem o quão são simbólicas determinadas coisas que nós fazemos para atender uma demanda reprimida, décadas e décadas, para muitas organizações da sociedade brasileira.

E depois de quatro anos de mandato, não ainda quatro anos, 45 meses, o que a gente percebe é que se a Seppir tivesse sido criada há 40 anos, a gente já teria resolvido parte dos problemas que ainda estamos correndo atrás para encontrar uma solução. Primeiro, fazer todas as mudanças que precisam ser feitas para que a Secretaria do Patrimônio da União tenha facilidade de realizar as concessões da terra, porque embora ela tenha o direito de fazer, a burocracia é de tal magnitude, os degraus que nós temos que percorrer para conseguir atingir o momento de dizer: “bom, está feita a concessão”, é de tamanha magnitude que às vezes entra governo, sai governo e não conseguem fazer uma única área, porque envolve desde cartório aos outros entes federativos, e há processos e uma série de coisas, que não é uma tarefa fácil.



Parece simples quando está no papel, mas é uma tarefa muito difícil quando a gente começa a executar.

Vocês sabem que há diferenças entre a gente reconhecer indícios de uma terra de quilombo e fazer todos os estudos para que a gente possa provar e, depois, conquistar aquela terra, leva-se muito e muito tempo, ou seja, se vocês não fossem heróis, vocês desistiriam no primeiro entrave, no primeiro cartório com que vocês se deparassem. E por conta da existência da Secretaria, e por conta de uma definição de políticas com prioridades, para tentarmos encontrar as soluções que nós queremos encontrar, é que a gente percebe que começa a dar saltos mais rápidos.

Nós mandamos para o Congresso Nacional uma medida provisória que tenta regulamentar, definir novos marcos de concessão de todos os títulos que o governo federal puder dispor, porque não tem sentido propriedades que, muitas vezes, estão na mão do governo federal, no centro de uma capital ou no interior do País, quando a gente pode fazer as concessões para que delas a sociedade faça o melhor uso que lhe convenha. Isto, eu penso, vai andar muito mais rápido daqui para frente.

E essa área, aqui, esse quilombo de Caçandoca, pensei que era em Ivaporanduva. Porque Ivaporanduva, a Matilde está me devendo uma ponte, uma ponte que não é nova, uma ponte de quando o Mário Covas ainda era vivo. Eu levei o projeto para o governador, então Mário Covas, porque quando eu fui lá, vi as crianças atravessando de canoa para ir para escola. Falei para a Matilde: você tem que fazer uma ponte lá. Ela me disse que a ponte começa este ano. Eu pensei que ia terminar, mas vai começar ainda este ano. É uma simples ponte para atender uma comunidade, vocês vejam como demora. Demora, as coisas vão longe. Mas este quilombo de Caçandoca tem uma coisa importante. Primeiro porque é num lugar muito privilegiado de São Paulo, na praia de Ubatuba, onde só pessoas como o Chico Menezes poderiam freqüentar de quando em quando. Eu sei, aqui deve ter muita gente



bronqueada com o Incra, deve ter muita gente bronqueada com o MDA, deve ter muita gente bronqueada com a Seppir, porque, para algumas pessoas, parece absurdo que o governo resolva, num centro turístico importante, reconhecer que 53 famílias de afrodescendentes, tenham direito àquela terra, quando os especuladores estão como “moscas em pão de padaria”, em “bolo de padaria”, tentando ficar ricos às custas de uma área que tem uns donos originais, que são as pessoas que moraram ali a vida inteira e, portanto, é delas.

Da mesma forma que um fazendeiro tem amor à sua terra e por ela briga a vida inteira para que outros não a ocupem, é mais do que justo assinar um decreto, reconhecendo que aquele lugar bonito, em que muitos donos de hotéis queriam construir grandes hotéis para ganhar muito dinheiro, e que tem muitas praias – pode-se construir em outras praias – que aquela terra fosse dada às 53 famílias para fazerem daquela terra o que elas bem entenderem, para sustentar suas famílias e viver em paz para o resto da vida. É isso que nós fizemos aqui, é isso que nós vamos continuar fazendo no Brasil, mesmo sabendo que nem todos compreenderão, que nem todos gostarão, mas justiça a gente vai fazer, custe o que custar, para fazer o reconhecimento daqueles que foram, durante séculos, vítimas de atrocidades no mundo e no nosso País.

Quando eu tomei a decisão de visitar, nos primeiros 36 meses de governo, 17 países africanos, eu tinha consciência de que a dívida, se fôssemos quantificá-la monetariamente, seria impagável, mas eu tinha consciência de que determinadas coisas a gente não paga com dinheiro, a gente paga com reconhecimento, a gente paga com gestos, a gente paga com solidariedade, a gente paga com companheirismo, a gente paga, eu diria, muitas vezes com sentimentos. Eu fui para a África para dizer o seguinte: não tem nenhum cabimento, um Brasil, um País do tamanho, da importância do Brasil, construído quase todo defronte ao continente africano, biologicamente, já foi grudado ao continente africano, fechar os olhos toda vez que olha além



do Oceano Atlântico, porque prefere enxergar apenas os países ricos, se nós temos condições de contribuir também para que os países africanos tenham um mínimo de possibilidade de desenvolvimento, e não ficar apenas tentando utilizar a pobreza daqueles países para que possa ter ganhos comerciais. Não é assim que se faz política, não é assim que nós deveríamos passar por nossa vida tão curta pelo Planeta. A gente deveria ser um pouco mais útil e, aqui no Brasil, nós estamos tentando fazer, com todas as dificuldades.

A questão das cotas, vocês perceberam que não é um debate fácil, parece fácil quando a gente está entre meia dúzia que concorda, mas daqui a pouco a gente descobre que tem outra meia dúzia que não concorda, e o debate se torna um debate preconceituoso, um debate eminentemente elitista, porque a verdade, nua e crua, é que ensino superior no Brasil não foi feito nem para pobre nem para negro, foi feito para gente pertencente a uma parcela da elite brasileira. Pois bem, as cotas geraram todo um conflito, mas onde elas foram implantadas o resultado tem sido extraordinário. Significa que valeu a pena enfrentar o debate. Se o Congresso vai fazer do jeito que é melhor, eu não sei, porque o Congresso é uma instituição de representação da sociedade, tem o seu jeito de funcionar, mas também depende da capacidade de pressão que a gente possa fazer.

A segunda coisa que eu acho importante, é a questão do ProUni. O ProUni, na verdade, foi um jeito brasileiro que a gente encontrou para atender os afrodescendentes sem precisar fazer a discussão das cotas, porque a gente tinha as vagas. E hoje é com muita alegria que a gente percebe que 40% dos estudantes que entram no ProUni são afrodescendentes, sem nenhuma briga. Ainda ontem à noite eu recebi uma homenagem, em Belo Horizonte, de uma menina, digo menina porque tinha cara de nova, mas era uma mulher separada do marido, com três filhos. E ela foi me entregar uma placa, ela e mais três pessoas, agradecendo porque se não fosse o ProUni, jamais elas teriam condições de entrar numa universidade. E eu ouvi uma frase dela que achei



extremamente importante: “o nosso problema, Presidente, não é o que muitos falam, que nós da escola pública, não temos condições de competir. Na escola privada a gente tem condições de competir e passar no vestibular, o que nós não temos é outra coisa, Presidente. Nós não temos é condições de pagar, por isso é que essa bolsa é importante para nós.”

E o que eu acho fantástico é que a gente está percebendo no Brasil inteiro. Ainda esta semana, em Porto Alegre, um aluno, também afrodescendente, bonito, lá no meio do povo, de terno e gravata. Eu o mandei chamar para o palanque para lhe dar um abraço e ele me dizia que entrou na Universidade dos Pampas. Ele estava lá, eu estava fazendo um ato público e ele lá, isso há dois anos, gritando com um papelzinho: “eu quero uma bolsa, eu quero uma bolsa.” Eu estava perto do Reitor e falei: arruma uma bolsa para o rapaz aí. Bom, o dado concreto é que o menino começou a estudar, já está no 2º ano de Direito, então ele ganhou um terno dos amigos, uma gravata e um computador. Estava feliz da vida. Eu falei: um dia, quem sabe, eu o contrato como meu advogado.

E assim a gente vai vendo pelo Brasil inteiro que as coisas vão caminhando. Cinquenta e três famílias parece pouco, 210 hectares parece pouco. Mas vamos ser francos, se há 50 anos as pessoas estivessem fazendo o que vocês estão fazendo agora, nós já teríamos percorrido pelo menos metade da Muralha da China no que diz respeito à conquista da cidadania neste País. É difícil, não é fácil, muitas vezes a gente tem a impressão de que os adversários das causas nobres são maiores do que os defensores. Muitas vezes nem são maiores em quantidade, mas são maiores em espaço para falar contra os que são favoráveis. E ainda assim a gente precisa ficar cada vez mais animado, ou seja, para cada coisa que aparece contrária ao que a gente quer fazer, a gente tem que dar um passo adiante, porque foi assim que a humanidade conquistou a democracia, é assim que a humanidade vai conquistar os espaços para que todo mundo possa viver de forma justa e em



harmonia.

Por isso MDA, por isso Matilde, por isso companheiros e companheiras de entidades que lutaram tanto para que a gente chegasse a este momento, quero dizer para vocês: valeu a pena. Para nós, são só 210 hectares de terra para 53 famílias. Para o movimento, são milhões e milhões de pessoas envolvidas. E para aqueles que estão lá, não são apenas 200 hectares de terra, é a conquista de uma luta de quase 300 anos da qual, finalmente, saíram vitoriosos.

Muito obrigado e parabéns a todos vocês.